

Jornal O DIA SP

BANCO PAULISTA S.A.

CNPJ nº 61.820.817/0001-09 - NIRE 3.530.003.478-3

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE EM 19 DE MARÇO DE 2026

Ficam convocados os acionistas do Banco Paulista S/A, para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na sede social da Companhia, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355 – 2º andar, no dia 19/03/2026 às 11h, em primeira chamada, e às 11:30h em segunda chamada, com qualquer quórum, para tratar das seguintes matérias constantes da ordem do dia: **1- AGE:** (a) deliberar sobre a aceitação do aumento de capital social da Companhia; (b) alteração do artigo 5º do estatuto; e (c) autorização para os administradores da Sociedade praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações da ordem do dia. São Paulo/SP – 11 de março de 2026. Bruno Cunha Almeida e Rui Luis Fernandes – Diretores.

Fupresa S/A

CNPJ 62.576.327/0001-63

Aviso aos Acionistas e Convocação de AGO

Encontra-se à disposição dos Acionistas na sede da empresa, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei 6.404/76. Ficam convocados os Srs. Acionistas para AGO a realizar-se no dia 27 de abril de 2026 às 09:00 horas em 1ª convocação e às 10:00 horas em 2ª convocação na sede da empresa à Rodovia Engenheiro Ermênio de Oliveira Penteado, KM 47,6, Bairro Caldeira, Indaiatuba/SP para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: a) Exame e aprovação das Demonstrações Financeiras e Relatório da Diretoria; b) Outros assuntos de interesse da Sociedade.

Indaiatuba, 12 de março de 2026

Antônio Carlos Alves Bevilacqua - Diretor de Operações

GS Administração e Participações S/A

CNPJ: 04.902.263/0001-47 NIRE: 35.3.0034422-7

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Nos termos do Estatuto Social da GS Administração e Participações S/A, sociedade por ações fechada, CNPJ 04.902.263/0001-47 ("Companhia"), convoca os acionistas da Companhia a se reunirem em AGE no dia 20/04/2026, às 9:00h na sede social da Companhia sito à Praça da Liberdade, 130, cj. 1.111, bairro da Liberdade, CEP: 01503-010, SP/SP, para deliberar sobre as seguintes Ordens do Dia: 1- Tomar conhecimento da comunicação aos acionistas sobre intenção de alienação de ações e exercício do direito de preferência; 2- Deliberar sobre o exercício ou renúncia do direito de preferência; 3- Deliberar sobre a aprovação e ratificação dos contratos de compra e venda de ações nº 01 a 41, datados de 10/02/2026; 4- Ratificar o extravio do Livro de Registro de Ações Nominativas nº 01, conforme publicação no Jornal O Dia em 11/02/2026; 5- Deliberar sobre a abertura de novo Livro de Registro de Ações Nominativas, refletindo a posição acionária atual da Companhia; 6- Deliberar sobre a reforma e consolidação do novo Estatuto Social; 7- Tratar de assuntos correlatos. Não havendo número suficiente de acionistas para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a AGE será realizada em segunda convocação, na forma da lei. Todos os documentos de suporte para análise da Ordem do Dia encontram-se disponíveis para consulta na sede da Companhia. SP, 04/03/2026. Milton Jun Nakashima, Akihiro Shibagaki, Cristina Tae Nakashima (diretores)

Zanettini, Barossi S/A Indústria e Comércio

CNPJ Nº: 61.357.406/0001-10

Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 15 de Abril de 2026

Convocação

Convidam-se os srs. Acionistas da Zanettini Barossi S.A Indústria e Comércio, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na sede social, na Av.Carioca nº.446, a realizar-se às 14,30 horas do dia 15 de abril de 2026, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) leitura, discussão e votação do relatório da diretoria, balanço patrimonial e demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2025; 2) destinação do lucro do exercício social findo em 31.12.2025; 3) aprovação de pagamento de juros remuneratórios sobre o capital próprio; 4) eleição do Conselho de Administração para funcionar no triênio 2026/2028, e 5) fixação dos honorários dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2026. São Paulo, 12 de março de 2026. Wagner Pofo, Diretor-Superintendente; Antonio Carlos Barossi, Diretor-Administrativo.

INOVAP 5 ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.964.190/0001-83 - NIRE nº 35300677285 - COMPANHIA FECHADA

Termo de Renúncia

À INOVAP 5 ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A., Avenida Doutora Ruth Cardoso, n.º 8.501, 5º andar, sala 1, Pinheiros, São Paulo – SP. São Paulo – SP - CEP 05425-070. São Paulo, 08 de janeiro de 2026. Ref.: Carta de Renúncia. Prezados Senhores, Eu, **Josiane Carvalho de Almeida**, brasileira, divorciada, economista, portadora a Cédula de Identidade RG n.º 50.890.239-3 SSP/RS, inscrita no CPF sob o n.º 083.040.867-35, com endereço comercial no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, n.º 8.501, 5º andar, sala 1, Pinheiros, CEP 05425-070, pelo presente instrumento, de forma irrevogável e irretroatável, renuncio ao cargo de Diretora da INOVAP 5 ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A., com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, n.º 8.501, 5º andar, sala 1, Pinheiros, CEP 05425-070, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.964.190/0001-83 ("Companhia"), para o qual fui eleita em 01 de setembro de 2025. Ademais, outorgo à Companhia e seus acionistas a mais ampla, completa e geral, irrevogável e irretroatável, quitação com relação a todos e quaisquer valores e/ou obrigações, direitos e benefícios oriundos do cargo de Diretora da Companhia que ocupei até a presente data, e declaro nada ter a reclamar ou pleitear a esse respeito, no presente ou futuro, seja a que título for, no Brasil ou exterior, dentro ou fora de tribunal. Atenciosamente, **Josiane Carvalho de Almeida**. JUCESP nº 84.926/26-0 em 04.03.2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

CONCESSIONÁRIA DA

LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF Nº: 07.682.638/0001-07 - NIRE Nº: 35300326032 - COMPANHIA ABERTA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 20 de fevereiro de 2026, às 09h00, na sede social da Companhia, localizada na Rua Heitor dos Prazeres, nº. 320, bairro Vila Sônia, CEP 05.522-000, São Paulo/SP. **2. PRESEÇA:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. MESA:** Presidente: André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a eleição da Diretoria da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, após debates e discussões, considerando a abstenção do Conselheiro Marcus Vinicius Figur da Rosa, deliberaram aprovar, por unanimidade de votos, conforme previsto no Artigo 10, inciso (ix), do Estatuto Social da Companhia, a eleição do Sr. **MARCUS VINICIUS FIGUR DA ROSA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. 40.760.828-51/SJ/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº. 004.314.410-14, com endereço profissional na sede da Companhia, para ocupar o cargo de Diretor sem designação específica, com mandato até a primeira Reunião do Conselho de Administração da Companhia que vier a se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2026, devendo permanecer em seu cargo até a eleição e posse de seu substituto, tudo conforme termos e condições apresentados nesta reunião. Além disso, o Diretor ora eleito apresentou currículo, bem como declaração para arquivo na sede da Companhia, cumprindo as formalidades exigidas na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada. O Diretor aceita sua nomeação, declarando neste ato ter conhecimento do art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15/12/1976, e consequentemente, não estar incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer as atividades mercantis, conforme Termos de Posse e Declaração de Desimpedimento arquivados na sede da Companhia. O Presidente da Mesa informou ainda que o Diretor apresentou currículo, bem como declaração, para arquivo na sede da Companhia, cumprindo as formalidades exigidas na Resolução CVM nº. 80. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 20 de fevereiro de 2026. **Assinaturas:** André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. **Conselheiros:** (1) Roberto Penna Chaves Neto; (2) Sérgio Luiz Pereira de Macedo; (3) Marcus Vinicius Figur da Rosa; (4) Stephan Joinovici Cadier; e (5) André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 88.586/26-1 em 09.03.2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.



BARUERI ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

CNPJ nº 14.641.895/0001-58

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)		Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
Ativo circulante	31/12/2025	31/12/2024	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Caixa e equivalentes de caixa	132.973	274.886	Saldo em 31 de dezembro de 2023	155.732	(86.474)	4.325	62.725
Títulos e valores mobiliários	-	95.561	Aumento de capital	119.023	-	(4.325)	201.172
Outros ativos	2.177	1.157	Prejuízo do exercício	-	-	(6.000)	(6.000)
Tributos a recuperar	7.523	1.499	Saldo em 31 de dezembro de 2024	274.755	-	-	257.897
Total do ativo circulante	142.673	373.103	Prejuízo do exercício	-	-	(2.538)	(2.538)
Ativo não circulante			Saldo em 31 de dezembro de 2025	274.755	-	(22.543)	252.212
Outros ativos	1.097	1.832	Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024		Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024		
Partes relacionadas	1.233	1.233	Fluxo de caixa das atividades operacionais		31/12/25		31/12/24
Depósitos judiciais	4.744	4.744	Prejuízo do exercício	(2.538)	(9.147)	-	-
Tributos a recuperar	496	6	Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	596.132	285.186	Depreciação e amortização	33	20	-	-
Intangível	2	3	Rendimento de aplicações financeiras	-	(15.916)	-	-
Total do ativo não circulante	603.706	293.004	Juros sobre empréstimos	37.543	15.916	-	-
Total do ativo	746.379	666.107	Baixa de imobilizado	-	413	-	-
Passivo circulante	31/12/2025	31/12/2024	Provisão para contingência	459	-	-	-
Fornecedores	44.236	11.833	Outros	-	504	-	-
Obrigações tributárias	483	547	Total	35.497	(8.210)	-	-
Empréstimos	-	680	Variáveis no capital circulante				
Outros passivos	618	552	Outros ativos	(268)	(2.378)	-	-
Total do passivo circulante	45.337	13.612	Tributos a recuperar	(6.533)	(1.113)	-	-
Passivo não circulante			Depósitos Judiciais	-	(387)	-	-
Empréstimos	434.180	383.553	Fornecedores	32.403	11.409	-	-
Contas a pagar	387	387	Obrigações tributárias	(64)	462	-	-
Partes relacionadas	9.682	9.683	Contas a pagar	-	387	-	-
Provisões para contingências	4.581	4.122	Outros passivos	66	70	-	-
Total do passivo não circulante	448.830	397.745	Total	61.101	240	-	-
Patrimônio líquido			Gerado pelas operações				
Capital social	274.755	274.755	Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(22.543)	(20.005)	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	61.101	240	-	-
Total do patrimônio líquido	252.212	254.750	Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Total do passivo e patrimônio líquido	746.379	666.107	Contas a Receber - Partes relacionadas	-	5.217	-	-
Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024			Títulos e valores mobiliários	95.561	(111.477)	-	-
Despesas operacionais		31/12/2025	Imobilizado em andamento	(297.894)	(150.499)	-	-
Despesas com vendas, gerais, administrativas	(2.740)	(1.230)	Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(202.333)	(256.759)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	94	(5.213)	Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Prejuízo operacional	(2.646)	(6.443)	Empréstimos emissão de debêntures	-	395.000	-	-
Receitas financeiras	37.702	16.049	Pagamento de empréstimos e financiamentos	(680)	-	-	-
Despesas financeiras	(37.594)	(18.753)	Contas a pagar - Partes relacionadas	(1)	9.683	-	-
Prejuízo do exercício	(2.538)	(9.147)	Aumento de capital	-	119.079	-	-
Prejuízo por ação - básico	(0,01)	(0,03)	Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento	(681)	523.762	-	-
Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024			Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(141.913)	267.243	-	-
Prejuízo do exercício	(2.538)	(9.147)	No início do exercício	274.886	7.643	-	-
Resultado abrangente	-	-	No final do exercício	132.973	274.886	-	-
Resultado abrangente do exercício	(2.538)	(9.147)	Varição do caixa e equivalentes de caixa	(141.913)	267.243	-	-

As Demonstrações Financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da Companhia.

BARUERI ENERGIA RENOVÁVEL S.A.
Leonardo Roberto P. dos Santos - CPF: 218.498.438-80
Administrador
Domingues e Pinho Contadores Ltda. - CRC-RJ 001137/O-0
Rejane Paulo Xavier Leite - CRC-RJ 070.494/O-6 - Contador(a)
Marluci Azevedo Rodrigues - CRC-RJ 059.203/O-4 - Contador(a)



Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais			
Ativo	Nota Explicativa	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	17	264
Contas a receber e outros recebíveis	8	19.464	13.866
Adiantamento a fornecedores		644	934
Créditos Tributários		-	12
Total do ativo circulante		20.125	15.076
Permanente			
Imobilizado	9	47	57
Intangível	10	15.966	15.966
Total do ativo não circulante		16.013	16.023
Total do ativo		36.138	31.099

Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024		
Em milhares de reais		
	2025	2024
Receita operacional líquida	5.878	401
Custo dos serviços prestados	(4.688)	(314)
Resultado Bruto	1.191	87
Despesas operacionais		
Administrativas e gerais	(196)	(25)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	995	62
Receitas financeiras	-	7
Despesas financeiras	(1)	(1)
Resultado financeiro líquido	(1)	6
Resultado antes dos impostos	994	68
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3)	-
Resultado do exercício	991	68

Notas explicativas da administração à demonstração contábil em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto Operacional: A Dreen Engenharia S/A é uma sociedade anônima, constituída no dia 18 de novembro de 2021, com sede localizada na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1493, Edifício Berrini 1511, 06º andar, conjuntos 61 e 61, sala 05, Cidade Monções, CEP 04571-011, São Paulo. A Companhia tem por objeto social: (a) execução de obras e serviços de engenharia civil, por conta própria ou de terceiros; (b) exploração da indústria da construção civil e construção pesada, incluindo, mas não se limitando, a obras de Barragens, portuárias, aeroportuárias, estradas e rodovias, ferrovias e edificações; (c) abastecimento de água; saneamento, drenagem e irrigação (d) aluguel de equipamentos, comércio e representação de materiais para construção; (e) sinalização de vias em geral; (f) comercialização de substâncias minerais, em todo o território nacional; (g) serviço de dragagem, transporte e navegação lacustre, fluvial e marítima; (h) varrição, coleta, remoção e incineração de resíduos sólidos; (i) serviços de elaboração de projetos para obras de construção civil e construção pesada; (j) projeto, construção, execução, implantação e operação de aterros sanitários; (k) execução de obras e serviços de engenharia elétrica, por conta própria ou de terceiros; (l) construção e montagem de gasodutos e oleodutos, montagem industrial de plantas diversas, inclusive petroquímicas e refinarias de petróleo, construção e montagem de plataformas marítimas para exploração de petróleo; (m) serviços de operação, implantação, manutenção, assistência técnica e todos e quaisquer outros serviços complementares, auxiliares, conexos e/ou correlatos relacionados à distribuição de gás natural e de combustíveis em geral; (n) armazenamento de materiais de construção civil e de materiais de rede de gás de propriedade de terceiros; (o) importação e exportação de materiais para construção, máquinas e equipamentos aplicáveis a qualquer das atividades relacionadas no presente objeto, bem como de suas peças e partes; (p) importação e exportação de serviços de engenharia civil em geral, em especial a execução de projetos e a construção e implantação de todo tipo de obra, por conta própria ou de terceiros; (q) participação em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionistas ou colista, bem como em consórcios que tenham por objeto quaisquer das atividades nos itens (a) a (p) acima, (r) serviços combinados de escritório e apoio administrativo.

2 Base de Preparação: a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 04 de fevereiro de 2026.

3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: Estas informações anuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de Estimativas e Julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de

mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais Políticas Contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações anuais. **a) Imposto de renda e contribuição social:** (i) *Imposto diferido:* O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **b) Imobilizado:** Demonstrado ao custo e combinado com os seguintes aspectos: • Imobilizado: depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. **c) Capital social - Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

7 Caixa e Equivalentes de Caixa	2025	2024
Caixa	1	1
Bancos Conta Corrente	16	263
	17	264

8 Contas a Receber e Outros Recebíveis	2025	2024
Direitos a faturar	5.598	-
SP Infra S.A (1)	13.866	13.866
	19.464	13.866

(1) Refere-se a transferência de contas a receber oriundas de partes relacionadas entre Galvão Engenharia S.A em recuperação judicial e Galvão Participações S.A em recuperação judicial e SP Infra S.A.

9 Imobilizado	2025	2024	%
			Taxas anuais de depreciação
	Depreciação	acumulada	Líquido
Eqto Aux de Campo	52	28	24
Eqto de Oficina	30	16	14
Móveis e utensílios	11	6	5
Equipamentos de Instalação	9	5	4
	102	55	47
			57

O imobilizado modificou-se no exercício como segue:

Descrição	2024	Adições	2025
Custo			
Equipamentos aux. de campo	52	-	52
Equipamentos de oficina	30	-	30
Móveis e utensílios	11	-	11
Equipamentos de instalação	9	-	9
	102	-	102

Depreciação acumulada	2024	Adições	2025
Equipamentos aux. de campo	(23)	(4)	(27)
Equipamentos de oficina	(13)	(3)	(16)
Móveis e utensílios	(5)	(2)	(7)
Equipamentos de instalação	(4)	(1)	(5)
	(45)	(10)	(55)
	57	(10)	47

10 Intangível: Refere-se a intangível registrado pelo Valor de Mercado de Acervo Técnico, para fins de transferência de "Know How" conforme Laudo de Avaliação emitido por empresa especializada em 01 de setembro de 2021.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Dreen Engenharia S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Dreen Engenharia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dreen Engenharia S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou

erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode

Demonstração do Resultado Abrangente		
	2025	2024
Resultado do período	991	68
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	991	68
Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais		
	Capital Social	Prejuízo Acumulado
	2025	2024
Em 1 de janeiro de 2024	31.069	(136)
Resultado do exercício	-	68
Em 31 de dezembro de 2024	31.069	(68)
Resultado do exercício	-	991
Em 31 de dezembro de 2025	31.069	923

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais		
	2025	2024

Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	991	68
Depreciação	10	10
	1.001	78

Aumento (Diminuição) em ativos operacionais		
Contas a receber e outros recebíveis	(5.598)	1.134
Adiantamentos	290	(934)
Créditos Tributários	12	(2)

Aumento (Diminuição) em passivos operacionais		
Fornecedores e outras contas a pagar	3.524	1
Provisões e encargos trabalhistas	85	-
Obrigações tributárias	354	46

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
	(1.333)	245

Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos	85	(60)

Caixa líquido das atividades de financiamento		
	85	(60)

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
	(247)	263

Caixa e equivalentes de caixa no início do período		
	264	1

Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		
	17	264

Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa		
	(247)	263

11 Fornecedores		
Fornecedores nacionais	227	-
Direitos subempreiteiros	3.144	-
Fornecedores consórcios	152	-
Outros	22	21
	3.545	21

12 Capital Social		
		Capital Integralizado
	Participação %	Ações
BRZ Infra S.A	100,00%	31.069
	100,00%	31.069

13 Instrumentos Financeiros: A entidade não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro risco ativo com fins de especulação.

Em 31 de dezembro 2025 a entidade não possui qualquer operação com derivativos.

14 Contingências: Com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia não há ações em curso cuja probabilidade de perda seja possível ou provável e desta forma no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não há contingências a serem registradas na contabilidade ou divulgadas em nota explicativa.

15 Outras Informações: Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação às respectivas datas de pagamento ou de entrega das declarações.

16 Eventos Subsequentes: A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão não havendo eventos que requeiram ajustes em suas demonstrações contábeis.

Composição da Diretoria		
Diretor Presidente		
Marcelo Martins de Melo		
Diretor Corporativo	Diretor Operações	
Felipe Soares Verdi	Carlos Alberto Marini	

Contador: **Claudio Berloff Junior** - CRC/SP nº 1SP216997/O

envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Presidente Prudente, 04 de fevereiro de 2026.

Approach Auditores	Leandro Antonio Marini Pires
Independentes S/S	Sócio - Diretor
CRC 2SP023119/O-0	Contador CRC 1SP185232/O-3



Mach Infra S.A.

CNPJ/MF nº 31.689.171/0001-01

Demonstrações Financeiras

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais				Passivo e patrimônio líquido		
Ativo	Nota Explicativa	2025	2024	Nota Explicativa	2025	2024
Circulante				Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	7	222	341	Fornecedores e subempreiteiros	10	396
Contas a receber e outros recebíveis	8	151.635	151.032	Obrigações trabalhistas	11	168
Adiantamentos		55	17	Obrigações tributárias	12	104
Impostos e contribuições a recuperar		26	54	Adiantamentos de clientes		92
Estoque		105	28	Total do passivo circulante		668
Total do ativo circulante		152.043	151.472	Não circulante		
Não circulante				Empréstimos e financiamentos		61
Intangível	9	2.840	2.840	Total do passivo não circulante		61
Total do ativo não circulante		2.840	2.840	Patrimônio líquido		
				Capital social	13	157.623
				Prejuízo acumulado		(3.469)
				Total do patrimônio líquido		154.154
Total do ativo		154.883	154.312	Total do passivo e patrimônio líquido		154.883

Notas explicativas da administração à demonstração contábil em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto Operacional: A Mach Infra S.A. é uma sociedade anônima, constituída no dia 19 de outubro de 2018, com sede localizada na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1.493, 6º andar, conjunto 61 e 62, sala 06, Cidade Monções, CEP 04.571-011, São Paulo. Em assembleia geral extraordinária realizada em 18 de março de 2025 foi alterada a razão social da Companhia de Eneplan Engenharia S.A. para Mach Infra S.A. A Companhia tem por objeto social: (a) execução de obras e serviços de engenharia civil, por conta própria ou de terceiros; (b) exploração da indústria da construção civil e construção pesada, incluindo, mas não se limitando, a obras e manutenção de Barragens, Obras Portuárias, Aeroportuárias, Rodovias e Edificações; (c) execução de estradas vicinais; (d) abastecimento de água, saneamento; drenagem e irrigação; (e) aluguel de equipamentos, comércio, representação de materiais para construção; (f) sinalização de vias em geral; (g) comercialização de substâncias minerais, em todo o território nacional; (h) serviço de dragagem, transporte e navegação lacustre, fluvial e marítima; (i) varrição, coleta, remoção e incineração de resíduos sólidos; (j) serviços de elaboração de projetos para obras de construção civil e construção pesada, projeto, construção, execução, implantação e operação de aterros sanitários; (k) armazenamento de materiais de construção civil e de materiais de rede de gás de propriedade de terceiros; (l) importação e exportação de materiais para construção, máquinas e equipamentos aplicáveis a qualquer das atividades relacionadas no presente objeto, bem como de suas peças e partes; (m) importação e exportação de serviços de engenharia civil em geral, em especial a execução de projetos e a construção e implantação de todo tipo de obra, por conta própria ou de terceiros; (n) participação em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionistas ou colista, bem como em consórcios que tenham por objeto quaisquer das atividades nos itens (a) a (m) acima.

2 Base de Preparação: a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 09 de fevereiro de 2026.

3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: Estas informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de Estimativas e Julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não

observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais Políticas Contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais. **a) Imposto de renda e contribuição social - (i) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **b) Imobilizado:** Demonstrado ao custo e combinado com os seguintes aspectos: • Imobilizado: depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 09, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. **c) Capital social:** **Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

7 Caixas e Equivalentes de Caixa

	2025	2024
Caixa	11	11
Bancos conta corrente	211	330
	222	341

8 Contas a Receber e Outros Recebíveis

	2025	2024
Contas a receber e outros recebíveis	893	557
SP Infra S.A.	70.000	70.000
BRZ Infra S.A.	80.742	80.475
	51.635	151.032

9 Intangível: Refere-se a intangível registrado pelo Valor de Mercado de Acervo Técnico para fins de transferência de "Know How", conforme Laudo de Avaliação emitido por empresa especializada em 15 de outubro de 2018.

10 Fornecedores e Subempreiteiros

	2025	2024
Fornecedores nacionais	296	201
Subempreiteiros	60	60
Outros	10	14
	396	275

11 Obrigações Trabalhistas

	2025	2024
Salários	31	14
Rescisões	75	36
INSS	16	7
FGTS	4	1
Férias	42	16
	168	74

12 Obrigações Tributárias

	2025	2024
Imposto de renda	18	47
Contribuição social	8	25
ISS	28	18
PIS	8	8
COFINS	35	37
Impostos e contribuições retidos na fonte	7	10
	104	145

13 Capital Social

	Participação %	Ações	Capital Integralizado
BRZ Infra S.A.	100,00%	157.623	157.623
	100,00%	157.623	157.623

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Mach Infra S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Mach Infra S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mach Infra S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em assembleia geral extraordinária realizada em 18 de março de 2025 foi alterada a razão social da Companhia de Eneplan Engenharia S.A. para Mach Infra S.A. conforme ato registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 7 de abril de 2025 sob o nº 128.642/25-7. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com

as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunta, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para funda-

Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024			
Em milhares de reais			
	Nota Explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	14	3.476	2.661
Custo dos serviços prestados		(2.873)	(2.187)
Resultado Bruto		603	473
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		-	(70)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		603	403
Receitas financeiras		11	7
Despesas financeiras		(8)	(5)
Resultado financeiro líquido		4	2
Imposto de Renda e Contribuição Social		(118)	(72)
Resultado do exercício		489	333

Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

	2025	2024
Resultado do período	489	333
Outros Resultados Abrangentes		
Resultado do período	489	333

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

	Capital Social	Prejuízo Acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2023	157.623	(4.291)	153.332
Resultado do exercício	-	333	333
Em 31 de dezembro de 2024	157.623	(3.958)	153.665
Resultado do exercício	-	489	489
Em 31 de dezembro de 2025	157.623	(3.469)	154.154

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	489	333
Aumento (Diminuição) em ativos operacionais		
Contas a receber e outros recebíveis	(603)	(507)
Adiantamentos	(38)	(16)
Estoques	28	(28)
Impostos e contribuições a recuperar	(77)	(35)
Aumento (Diminuição) em passivos operacionais		
Fornecedores e outras contas a pagar	121	274
Obrigações trabalhistas	94	74
Obrigações tributárias	(41)	144
Adiantamentos de clientes	(92)	92
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(608)	(2)
Aumento/Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	(119)	330
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	341	11
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	222	341
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	(119)	330

14 Receitas

	2025	2024
Receita de consórcios - obras públicas	3.191	2.803
Receita de consórcios a faturar - obras públicas	565	68
	3.756	2.871

ISS sobre vendas (143) (105)
PIS sobre vendas (24) (19)
COFINS sobre vendas (113) (86)
3.476 **2.661**

15 Instrumentos Financeiros: A entidade não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro risco ativo com fins de especulação. Em 31 de dezembro 2025 a entidade não possui qualquer operação com derivativos.

16 Contingências: Com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia não há ações em curso cuja probabilidade de perda seja possível ou provável e desta forma no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não há contingências a serem registradas na contabilidade ou divulgadas em nota explicativa.

17 Outras Informações: Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação às respectivas datas de pagamento ou de entrega das declarações.

18 Eventos Subsequentes: A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão não havendo eventos que requeiram ajustes em suas demonstrações contábeis.

Composição da Diretoria

Diretor Presidente	Marcelo Martins de Melo
Diretor Corporativo	Felippe Soares Verdi
Diretor Operações	Carlos Alberto Marini

Contador: Claudio Berloff Junior - CRC/SP nº 1SP216997/O

mentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Presidente Prudente, 09 de fevereiro de 2026.

Approach Auditores
Independentes S/S
CRC 2SP023119/O-0

Leandro Antonio Marini Pires
Sócio - Diretor
Contador CRC 1SP185232/O-3



Concessionária do Bloco Central S.A

CNPJ/MF nº 42.206.269/0001-79

Relatório de Administração (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia: 1.1 **Aos Acionistas:** Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Bloco Central, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras. O Brasil apresentando os resultados alcançados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. 1.2 **Destacamos o ano de 2025:** O ano de 2025 é marcado pela consolidação da transição entre a Fase I-B e a Fase II do Contrato de Concessão, após o cumprimento das obrigações de construção e montagem da infraestrutura aeroportuária. Os aeroportos associados à Fase I-B, destinados à adequação da infraestrutura aos normativos e às disposições do Contrato de Concessão nos 6 (seis) aeroportos que compõem o Bloco Central. No atual Fase II, a Concessionária passa a operar sob um novo regime contratual, com foco na manutenção, operação e atendimento aos passageiros, com impactos significativos em termos de custos operacionais. 1.3 **Em 2025, a Concessionária possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A governança corporativa da Companhia tem como principal objetivo conduzir, continuamente, os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio, igualdade de interesses e transparência nos processos de tomada de decisão. O Conselho de Administração é hoje composto por cinco membros eleitos pela Assembleia Geral, todos com prazo de gestão por dois anos, admitido e reeleito. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a diretoria executiva é composta por um CEO e seis vice-presidentes com designações específicas. Os representantes da diretoria executiva são eleitos pelo Conselho de Administração, com prazos de gestão de dois anos, permitidas reeleições. Além da estrutura direta estatutária, a Companhia adota um modelo de gestão por plataformas de negócios. A Plataforma de Aeroportos é responsável pelos ativos concessionados nos Blocos Sul, Central e Pampulha, com estrutura executiva dedicada para garantir disciplina operacional, desempenho financeiro e aderência regulatória. 2.2 **Gestão de Pessoas:** Em 2025, a Motiva avançou na consolidação de sua cultura organizacional na Plataforma Aeroportos, com uma agenda integrada de desenvolvimento, inclusão e diversidade também foram implementadas. A Companhia promoveu ações que fortaleceram competências essenciais, ampliaram diversidade e promoveram bem-estar. **Desenvolvimento e Formação:** O Programa Decolou Seguiu em expansão, com foco em soft skills e aderência de 50% do quadro, alcançando mais de 80% de conclusão, reforçando a cultura de aprendizagem contínua. Novas iniciativas de desenvolvimento foram implementadas, com o modelo estruturado de desenvolvimento para jovens aprendizes, com ênfase em cuidado integral e saúde mental. • Capacita PC: formação profissionalizada a pessoas com deficiência, ampliando inclusão e empregabilidade. • MentorAR: mentoria cruzada entre gerentes e supervisão, fortalecendo a transferência de conhecimento e preparando os superiores para futuras demandas. • Alta Performance: acompanhamento intensivo para novos líderes nos primeiros 90 dias, acelerando adaptação e reforçando comportamentos de liderança. A empresa ainda executou o piloto Rota do Equilíbrio, com sessões de mindfulness e práticas de bem-estar, promovendo saúde**

Balancetes patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		74.152	98.301
Caixa e equivalentes de caixa	6	21.125	55.243
Aplicações financeiras		6	26.145
Contas a receber das operações	7.1	33.950	33.145
Contas a receber de partes relacionadas	9	33.549	5.362
Tributos a recuperar		2.924	4.145
Estoque		3.374	3.434
Despesas antecipadas		2.826	2.956
Adiantamentos a fornecedores		1.564	1.070
Outros créditos		1.878	1.107
Não circulante		1.709.178	1.548.810
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras de reserva	6	22.987	3.139
Contas a receber das operações	7.1	984	62
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	45.660	39.704
Estoque		1.643	1.122
Tributos a recuperar		1.388	1.338
Outros créditos		10	10
Imobilizado	10	8.797	10.215
Intangível	11	1.555.049	1.341.197
Ativo não classificado	11	33.407	152.120
Direito de uso em arrendamento		58	84
Total do ativo		1.783.310	1.648.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios			
fins em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2025	2024
Receitas operacionais líquidas		14.427.765	15.323.254
Custo dos serviços prestados		(343.280)	(656.237)
Custo de construção		(142.078)	(473.278)
Serviços		(201.202)	(182.959)
Custo com pessoal		(47.143)	(45.588)
Depreciação e amortização		(28.365)	(15.698)
Manutenções, equipamentos e veículos		(10.307)	(12.871)
Seguros		(13.309)	(10.642)
Energia elétrica		(3.344)	(2.698)
Aluguéis		(1.980)	(4.818)
Outros		(114.554)	(96.291)
Lucro bruto		11.454,56	13.911,71
Despesas operacionais		(27.554)	(26.211)
Despesas gerais e administrativas		(11.812)	(11.910)
Serviços		(7.254)	(7.254)
Depreciação e amortização		(459)	(1.041)
Manutenções, equipamentos e veículos		(206)	(169)
Campañas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(1.154)	(1.314)
Impostos e taxas		(672)	(672)
Gastos com viagens e estadias		(461)	(500)
Perdas com clientes		(1.789)	(385)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(392)	(347)
Trabalhistas e previdenciários	16.1	48	26
Reversão para perda esperada - contas a receber das operações		813	349
Outras receitas (despesas) operacionais		(2.494)	(2.494)
Resultados do resultado financeiro		(3.700)	(7.078)
Resultado financeiro	19	(105.834)	(24.914)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(18.834)	(45.872)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8.2	2.924	4.145
Prejuízo (lucro) do exercício		(12.678)	(30.100)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional: A Concessionária do Bloco Central S.A. ("Companhia" ou "Concessionária"), é uma sociedade anônima telexada domiciliada no Brasil. A sede está localizada na Rua Paes Leme, nº 224, 4º andar, Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia foi constituída em 20 de maio de 2021 dentro do contrato de concessão assinado em 18 de outubro de 2021 por um prazo de 30 anos a partir da data de eficácia, qual seja, até 24 de novembro de 2051. A Companhia é responsável pela prestação de serviço público de ampliação, manutenção e operação da infraestrutura aeroportuária nos aeroportos Santa Genevieve em Goiânia/GO, Intercontinental Maracá/MAC, Machado em São Luiz/MA, Senador Petrólio Portela em Teresina/PI, Brigadeiro Lysias Rodrigues em Palmas/TO, Prefeito Renato Moreira em Imperatriz/MA e Senador Nilo Coelho em Petrolina/PE. A Companhia também opera o Aeroporto Internacional de Brasília/DF sob a assunção das operações junto à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO e cumpriu com todos os requisitos contratuais e regulatórios necessários para a certificação operacional da Companhia como operador aeroportuário. Sendo assim, em 9 de março de 2022, deu-se início às operações comerciais nos terminais de passageiros e embarque de passageiros no Aeroporto Renato Moreira em Imperatriz/MA e Senador Nilo Coelho em Petrolina/PE e em 24 de março de 2022, deu-se início às operações comerciais dos aeroportos Santa Genevieve em Goiânia/GO, Intercontinental Maracá/MAC, Machado em São Luiz/MA e Senador Petrólio Portela em Teresina/PI. Em 2023 iniciaram os investimentos necessários para a expansão da infraestrutura aeroportuária, PEA, para adequação das infraestruturas dos 6 aeroportos que compõem a Concessionária do Bloco Central S.A. Em 2024, os investimentos foram concluídos, tendo como escopo, a dependência do aeroporto, operação, expansão e manutenção das infraestruturas regulatórias sob os normativos, adequações e regulamentos vigentes entre outros. O ano de 2025 foi marcado pela consolidação da transição entre a Fase I-B e a Fase II do Contrato de Concessão, após o cumprimento integral da infraestrutura de construção e montagem da infraestrutura aeroportuária nos 6 (seis) aeroportos que compõem o Bloco Central. Na atual Fase II, a Concessionária passa a operar sob um novo regime contratual, com foco na manutenção, na gestão da infraestrutura aeroportuária e no atendimento contínuo aos padrões de desempenho estabelecidos. **Bens reversíveis:** No decorrer do período de concessão, a Companhia adquiriu bens materiais, imováveis e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito à indenização. Apesar do prazo de concessão não incluir cláusulas de renovação, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em virtude de requisitos estabelecidos no contrato de concessão ou do contrato pactuado entre as partes. Os direitos do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato. O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária em caso de não cumprimento das obrigações estabelecidas no Poder Concedente, tais como, o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial expressamente intencional para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. **Ativos regulatórios e arbitragem relacionados a questões dos contratos de concessão:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões dos contratos de concessão. Os processos judiciais-regulatórios são apresentados sob os seguintes aspectos: (i) questões de direito administrativo, (ii) questões de direito econômico, (iii) questões formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam a interpretação contratual e o cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato de concessão, (iv) questões de direito administrativo, (v) questões de direito econômico, (vi) questões de direito tributário, (vii) questões de direito societário, (viii) questões de direito societário, (ix) questões de direito societário, (x) questões de direito societário, (xi) questões de direito societário, (xii) questões de direito societário, (xiii) questões de direito societário, (xiv) questões de direito societário, (xv) questões de direito societário, (xvi) questões de direito societário, (xvii) questões de direito societário, (xviii) questões de direito societário, (xix) questões de direito societário, (xx) questões de direito societário, (xxi) questões de direito societário, (xxii) questões de direito societário, (xxiii) questões de direito societário, (xxiv) questões de direito societário, (xxv) questões de direito societário, (xxvi) questões de direito societário, (xxvii) questões de direito societário, (xxviii) questões de direito societário, (xxix) questões de direito societário, (xxx) questões de direito societário, (xxxi) questões de direito societário, (xxxii) questões de direito societário, (xxxiii) questões de direito societário, (xxxiv) questões de direito societário, (xxxv) questões de direito societário, (xxxvi) questões de direito societário, (xxxvii) questões de direito societário, (xxxviii) questões de direito societário, (xxxix) questões de direito societário, (xl) questões de direito societário, (xli) questões de direito societário, (xlii) questões de direito societário, (xliiii) questões de direito societário, (xliv) questões de direito societário, (xlv) questões de direito societário, (xlvi) questões de direito societário, (xlvii) questões de direito societário, (xlviii) questões de direito societário, (xlvix) questões de direito societário, (xlvx) questões de direito societário, (xlvxi) questões de direito societário, (xlvxii) questões de direito societário, (xlvxiii) questões de direito societário, (xlvxiv) questões de direito societário, (xlvxv) questões de direito societário, (xlvxvi) questões de direito societário, (xlvxvii) questões de direito societário, (xlvxviii) questões de direito societário, (xlvxvix) questões de direito societário, (xlvxx) questões de direito societário, (xlvxxi) questões de direito societário, (xlvxxii) questões de direito societário, (xlvxxiii) questões de direito societário, (xlvxxiv) questões de direito societário, (xlvxxv) questões de direito societário, (xlvxxvi) questões de direito societário, (xlvxxvii) questões de direito societário, (xlvxxviii) questões de direito societário, (xlvxxvix) questões de direito societário, (xlvxxx) questões de direito societário, (xlvxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxx) questões de direito societário, (xlvxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxx) questões de direito societário, (xlvxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxx) questões de direito societário, (xlvxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxx) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxv) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxviii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxvix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxix) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxxi) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiii) questões de direito societário, (xlvxxxxxxxiv) questões de direito societário

Jornal O DIA SP

continuação

	2025	2024	2025	2024
Conciliação do imposto de renda e contribuição social				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(125.428)	(52.589)	186.599	144.281
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	42.646	17.880	(58.612)	(51.123)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas inadmissíveis	(539)	(573)	-	-
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(31)	(55)	-	-
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	242	96	-	-
Outros ajustes tributários	-	-	58.612	51.123
Despesa de imposto de renda e contribuição social	42.318	17.566	186.599	144.281
Impostos diferidos	42.318	17.566	-	-
Alíquota efetiva de impostos	33,74%	33,40%		
8.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos tem as seguintes origens:				
Imposto de renda e a contribuição social diferidos				
Ativo	2025	2024	2025	2024
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	245.211	195.404	-	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	236.613	185.502	-	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	1.206	1.795	-	-
Provisão para fornecedores	17	48	-	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	38	14	-	-
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	1.443	819	-	-
Pro operacionalidade	1.170	2.172	-	-
Arendamento	5	2	-	-
Programa de Gratificação Longo Prazo	845	691	-	-
Compensação de imposto ativo	(58.612)	(51.123)		

	2025				2024			
	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Saldos								
Ativo								
Bancos conta movimento	25	39	78	142	20	77	324	421
Contas a receber	-	-	123	123	-	-	270	270
Outros créditos	25	39	44	108	20	77	54	151
Passivo								
Fornecedores e contas a pagar	-	-	11	11	-	-	-	-
	-	-	78	78	-	-	55.647	55.647
	-	-	92.637	92.637	-	-	127	127
	-	-	92.637	92.637	-	-	127	127

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 23.490 referente aos repasses de custos e despesas com a Controladora indireta Motiva. **9.1. Profissionais-chave da administração. Despesas com profissionais-chave**

Remuneração (a) (b) Outros benefícios: Complemento de provisão de PPR do ano anterior (a) Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 22 de abril de 2025, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de Administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios. (a) Contempla o valor total de remuneração, fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria (conselho de administração e diretoria não estatutários); e (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram efetuados pagamentos de PPR no montante de R\$ 436. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi repassado através de ratio da Controladora Indireta o montante de R\$ 2.878, referente às despesas e pagamentos de PPR com profissionais chave, não há outras remunerações da Administração.

	Imobilizado					Imobilizáveis em andamento				
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações e edificações	Veículos	Total em operação	Imobilizáveis em andamento	Total imobilizado	Total imobilizado	Total imobilizado	Total imobilizado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	29	129	-	3.274	3.432	18.802	17.224	17.224	3.097	3.097
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Baixas	-	(3)	-	-	(3)	-	-	-	(3)	(3)
Transferências	265	4.515	-	214	4.994	(4.994)	-	-	-	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	152	-	-	152	-	152	152	-	-
Depreciação	(10)	(513)	-	(1.009)	(1.532)	-	(1.532)	(1.532)	-	-
Outros	(1)	(17)	-	(13)	(31)	-	(31)	(31)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	283	4.103	-	2.466	6.852	11.905	18.157	18.157	3.097	3.097
Custo	296	4.632	-	4.262	9.190	11.905	21.095	21.095	-	-
Depreciação acumulada	(13)	(529)	-	(1.796)	(2.338)	-	(2.338)	(2.338)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	283	4.103	-	2.466	6.852	11.905	18.157	18.157	3.097	3.097
Adições	-	-	-	-	-	1.011	1.011	1.011	-	-
Baixas	(2)	(10)	-	-	(12)	-	(12)	(12)	-	-
Transferências	-	4.987	2.129	-	7.116	-	(7.116)	-	-	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	(2)	-	-	(2)	-	-	-	-	-
Depreciação	(30)	(1.341)	(33)	(1.028)	(2.432)	-	(2.432)	(2.432)	-	-
Outros	-	(247)	-	-	(247)	-	(247)	(247)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	251	7.480	2.096	1.438	11.275	5.800	17.075	17.075	5.800	5.800
Custo	293	9.359	2.129	4.262	16.043	5.800	21.843	21.843	-	-
Depreciação acumulada	(42)	(1.869)	(33)	(2.824)	(4.768)	-	(4.768)	(4.768)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	251	7.480	2.096	1.438	11.275	5.800	17.075	17.075	5.800	5.800

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de debêntures no montante de R\$ 470 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 776 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As taxas médias de capitalização (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 10,11% a.a. e 5,37% a.a., respectivamente.

	Intangível					Infraestrutura em construção				
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Total do intangível	Infraestrutura em construção	Total do intangível	Total do intangível	Total do intangível	Total do intangível
Saldo em 1º de janeiro de 2024	2.853.446	-	-	3.748	2.857.194	4.171	2.858.819	2.858.819	4.171	2.858.819
Adições	-	-	-	1.500	1.500	1.088.364	1.088.364	1.088.364	1.500	1.088.364
Transferências	1.284.106	1.086	-	(1.087)	1.284.105	(1.284.105)	-	-	(1.087)	(1.087)
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	(152)	-	-	-	-	-	-
Amortização	(49.204)	(67)	-	(49.271)	-	(49.271)	-	-	(67)	(67)
Outros	(288)	-	-	(288)	-	(32)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.888.060	1.019	-	3.507	3.892.586	208.348	4.100.934	4.100.934	3.888.060	3.888.060
Custo	4.011.873	1.065	-	3.510	4.016.448	208.348	4.224.814	4.224.814	4.011.873	4.011.873
Amortização acumulada	(123.813)	(67)	-	(123.880)	-	(123.880)	-	-	(123.813)	(123.813)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.888.060	1.019	-	3.510	3.892.586	208.348	4.100.934	4.100.934	3.888.060	3.888.060
Adições	-	-	-	1.277	1.277	189.929	191.206	191.206	-	-
Baixas	(291)	-	-	(291)	-	(291)	-	-	-	-
Transferências	291.843	2.519	-	(2.519)	291.843	(291.843)	-	-	2.519	2.519
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-
Amortização	(76.418)	(413)	-	(76.831)	-	(76.831)	-	-	(413)	(413)
Outros	(6.364)	-	-	(6.364)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.096.830	3.122	-	2.270	4.102.222	106.434	4.208.656	4.208.656	4.096.830	4.096.830
Custo	4.297.056	3.602	-	2.270	4.302.928	106.434	4.409.362	4.409.362	4.297.056	4.297.056
Amortização acumulada	(200.226)	(480)	-	(200.706)	-	(200.706)	-	-	(200.226)	(200.226)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.096.830	3.122	-	2.270	4.102.222	106.434	4.208.656	4.208.656	4.096.830	4.096.830

(a) Amortização pela curva de benefício econômico. **Infraestrutura em construção:** O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir: **98.982** (49.409) Obras contratuais fase IB (13.294) Obras de ampliação e modernização dos aeroportos (11.768) Implantação da nova pista de pouso (8.226) Desenvolvimento e implantação de sistemas (6.485) Revitalização do sistema de sonorização (3.810) Reforma dos caminhões de combate a incêndio (3.810)

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)			
	Taxas contratuais de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar
BNDES - FINEM I (Subcrédito C - 1º desembolso)	IPCA + 8,252144% a.a.	Outubro de 2047	4.899	4.604
BNDES - FINEM I (Subcrédito C - 2º desembolso)	IPCA + 8,252144% a.a.	Outubro de 2047	382	367
Total			4.971	4.971

12. Financiamentos

As acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária do Bloco Sul S.A. São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Bloco Sul S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Bloco Sul S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da concessionária pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, dividindo, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras no Brasil, e não se que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Res-

	2025	2024	2025	2024
Circulante	298	155	298	155
Financiamentos	619	629	-	-
Custos de transação	(321)	(274)	-	-
Não circulante	174.170	146.530	174.170	146.530
Financiamentos	178.820	151.134	-	-
Custos de transação	(4.650)	(4.604)	-	-
Total	174.468	146.685	174.468	146.685

O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência da taxa de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada; e **Garantias:** (b) Aval/Ita corporativa da Motiva na proporção de sua participação acionária direta/indireta; (c) Garantia real; e (d) França corporativa da Motiva em condição suspensiva, no caso do término

	2025	2024	2025	2024
13. Debêntures				
Taxas contratuais	IPCA + 6,99% a.a.	7,0784% (a)	Outubro de 2047	20.532
3ª Emissão - Série 1	IPCA + 6,99% a.a.	7,2953% (a)	Outubro de 2047	16.410
Total				36.942

	2025	2024	2025	2024
Circulante	48.547	45.641	48.547	45.641
Debêntures	49.952	46.953	-	-
Custos de transação	(1.405)	(1.312)	-	-
Não circulante	3.457.124	3.309.588	3.457.124	3.309.588
Debêntures	3.450.324	3.344.304	-	-
Custos de transação	(33.200)	(34.606)	-	-
Total	3.505.671	3.355.339	3.505.671	3.355.339

O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR; **Garantias:** (b) Garantia real; (c) Alienação fiduciária; (d) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios; e (e) Garantia real; e (f) França corporativa da Motiva em condição suspensiva, no caso do término do prazo de validade das demonstrações financeiras. **Programa de desdobramentos (não circulante)**

	2025	2024	2025	2024
Circulante	33.388	74.955	33.388	74.955
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	26.156	41.851	-	-
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	22	70	-	-
Caufões e retenções contratuais (b)	7.243	27.728	-	-
Não circulante	473	887	473	887
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	-	-	-	-
Caufões e retenções contratuais (b)	473	-	-	-
Total	33.861	75.842	33.861	75.842

(

Companhia de Participações em Concessões

CNPJ 09.367.702/0001-82

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, sobre as demonstrações

Ativo	Balancas patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)		
	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	195.536	113.479	
Aplicações financeiras	6	119,417	22.217
Contas a receber de partes relacionadas	8	433	1.454
Tributos a recuperar		26.668	21.388
Dividendos e juros sobre capital próprio	8	10.785	8.202
Despesas antecipadas e outros créditos		327	247
Não circulante	2.987.877	3.203.610	
Realizável em longo prazo			
Tributos a recuperar		365	
Outros créditos		189	10
Investimentos	9	2.986.186	3.201.949
Imobilizado	10	1.108	849
Intangível	11	394	421
Direito de uso em arrendamento		16	
Total do ativo	3.183.413	3.317.089	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Saldos em 1º de janeiro de 2024	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)						
	Nota	Capital Social	Reserva de Plano de Incentivo de Longo Prazo	Reserva legal adicional	Dividendos e ajustes de avaliação patrimonial	Lucros e prejuízos acumulados	Total
2.153.537		1.405	-	-	147.504	1.132	2.735.746
160.000		-	-	-	-	160.000	160.000
(188.900)		-	-	-	-	(188.900)	(188.900)
-		2.716	-	-	-	2.716	2.716
-		-	-	-	(11.050)	(11.050)	(11.050)
-		-	-	-	(1.950)	(1.950)	(1.950)
-		-	-	-	389.035	389.035	389.035
2.124.977		4.119	-	-	1.136.639	(50.911)	3.213.824
14.1	(237.000)	-	-	-	208.603	208.603	208.603
14.4	-	(917)	-	-	-	(917)	(917)
14.4	-	-	-	-	(6.417)	(6.417)	(6.417)
14.4	-	-	-	-	(1.134)	(1.134)	(1.134)
14.5	-	-	-	-	(192.290)	(192.290)	(192.290)
14.2	-	-	-	7.834	-	(7.834)	-
14.3	-	-	-	110.510	-	(110.510)	-
14.3	-	-	-	-	(39.797)	(39.797)	(39.797)
1.887.977		3.202	7.834	110.510	944.349	-	2.953.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. **Contexto operacional:** A Companhia tem como objetivo avaliar as oportunidades de novos negócios, atuando no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas e negócios anís, sendo responsável pela administração direta de eventuais novos negócios. A sede está localizada na Rua Faria Lima, 524, 4º andar, Sala 1, Pinheiros, CEP 054.24-904, São Paulo - SP. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2022, foi aprovada a redução de capital da Companhia em favor da Motiva S.A., no valor de R\$ 2.600.000,00. O pagamento foi realizado parte em moeda corrente (R\$ 647.880,00) e parte em entrega à Motiva de participação acionária devida pela CPC nas controladas Metro Bus, BC Concessões, Pantanal, Lan Vias, ATP, ND e SPCF (R\$ 1.952.120,00). A segur está demonstrada às empresas que a Companhia possui participação e os percentuais de participação pertencentes à CPC de forma direta ou indireta.

Empresas	País	Investidoras	% de participação
CCR España Concesiones	Espanha	Motiva	100
CCR España Emprendimientos	Espanha	Motiva	100
Green Airports	Ilhas Virgens Britânicas	Motiva	100
SPAC	Ilhas Virgens Britânicas	Motiva	75

Aeroportos	País	Investidoras	% de participação	Aeroportos	Fin da concessão
Aeris	Costa Rica	Desarrollos	52,40	1	Maio de 2036
BI Airport	Brasil	SPC	51	1	Maio de 2044
Bico Central	Brasil	SPC	100	9	Novembro de 2051
Bloco Sul	Brasil	CPC	100	9	Novembro de 2051
CAP	Caracau	CAI	100	1	Abril de 2033
Pampulha	Brasil	SPC	100	1	Janeiro de 2032
Quiport	Ecuador	Quiport Holdings	46,50		

Empresas relacionadas	País	Investidoras	% de participação
Aeroportos	Costa Rica	CCR Costa Rica Concesiones	51,23
CAI	Caracau	CAI	51
CCARE	Caracau	CAI	50
CCR España	Espanha	CPC	100
Concesiones	Espanha	CPC	100
Emprendimientos	Espanha	CPC	100
CCR Costa Rica	Costa Rica	SJO	100
Concesiones	Costa Rica	SJO	100
CCR Costa Rica	Costa Rica	CCR España Concesiones	100
Emprendimientos	Costa Rica	CCR España Concesiones	100
CPA	Brasil	CCR Costa Rica Empreendimentos	51
Desarrollos	Costa Rica	CCR Costa Rica Empreendimentos	51
Green Airports	Ilhas Virgens Britânicas	CPC	100
IBSA BVI	USA	SJO	50
Isaors	Ecuador	Quiport Holdings	46,50
IAE	Espanha	CPC	100
Quiport Holdings	Uruguai	CCR España Empreendimentos	100
Quiama	Ecuador	Quiama	50
SJO Holding	Ilhas Virgens Britânicas	CCR España Concesiones	100
SPAC	Brasil	CPC	75

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas da CPC): As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRCAAP). A Administração garante a confiabilidade das informações contábeis e das demonstrações financeiras está divulgadas e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Financeiras Consolidadas. Além disso, sua controladora direta Motiva S.A. já apresentou demonstrações consolidadas. Em 12 de março de 2026, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das seguintes informações financeiras, incluídas nas demonstrações financeiras: **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige o uso de estimativas e julgamentos. As estimativas e julgamentos que afetam a apresentação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, assim como as alterações reconhecidas no exercício em suas demonstrações financeiras e em quaisquer outras informações financeiras. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas. **3.3 Recitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para controle de risco para contratos com clientes. **3.4 Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1 Investimentos:** Os investimentos da Companhia em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial são compreendidos em demonstrações financeiras consolidadas sob o nome de conjunto (*joint ventures*). **Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são consolidadas com as da Companhia a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até o exercício em que o controle deixa de existir. **Controladas em conjunto:** Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permita à Companhia controlar compartilhado da entidade e a da Companhia direito aos ativos líquidos e passivos da entidade, não divididos aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data da aquisição. **3.2 Moeda estrangeira:** **Transações com moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das transações ou nas taxas de câmbio em vigor no momento em que o ativo é utilizado, e passam a comportar os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.3 Recitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflita a contrapartida a que a entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para o cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. A Companhia também recebe receitas decorrentes de prestação de serviços administrativos para outras empresas do Grupo, não controladas, e as reconhece à medida da realização da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 15. **3.4 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O reconhecimento inicial de instrumentos financeiros é baseado no reconhecimento inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo pelo resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço de operação. **Classificação e mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso to- dos os ativos financeiros são reclassificados para o modelo de negócios. **3.2 Moeda estrangeira:** **Transações com moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das transações ou nas taxas de câmbio em vigor no momento em que o ativo é utilizado, e passam a comportar os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.3 Recitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflita a contrapartida a que a entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para o cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. A Companhia também recebe receitas decorrentes de prestação de serviços administrativos para outras empresas do Grupo, não controladas, e as reconhece à medida da realização da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 15. **3.4 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O reconhecimento inicial de instrumentos financeiros é baseado no reconhecimento inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo pelo resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço de operação. **Classificação e mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros são reclassificados para o modelo de negócios. **3.2 Moeda estrangeira:** **Transações com moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das transações ou nas taxas de câmbio em vigor no momento em que o ativo é utilizado, e passam a comportar os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.3 Recitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflita a contrapartida a que a entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para o cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. A Companhia também recebe receitas decorrentes de prestação de serviços administrativos para outras empresas do Grupo, não controladas, e as reconhece à medida da realização da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 15. **3.4 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O reconhecimento inicial de instrumentos financeiros é baseado no reconhecimento inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo pelo resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço de operação. **Classificação e mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros são reclassificados para o modelo de negócios. **3.2 Moeda estrangeira:** **Transações com moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das transações ou nas taxas de câmbio em vigor no momento em que o ativo é utilizado, e passam a comportar os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.3 Recitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflita a contrapartida a que a entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para o cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. A Companhia também recebe receitas decorrentes de prestação de serviços administrativos para outras empresas do Grupo, não controladas, e as reconhece à medida da realização da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 15. **3.4 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O reconhecimento inicial de instrumentos financeiros é baseado no reconhecimento inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo pelo resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço de operação. **Classificação e mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros são reclassificados para o modelo de negócios. **3.2 Moeda estrangeira:** **Transações com moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das transações ou nas taxas de câmbio em vigor no momento em que o ativo é utilizado, e passam a comportar os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.3 Recitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflita a contrapartida a que a entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para o cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. A Companhia também recebe receitas decorrentes de prestação de serviços administrativos para outras empresas do Grupo, não controladas, e as reconhece à medida da realização da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 15. **3.4 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O reconhecimento inicial de instrumentos financeiros é baseado no reconhecimento inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo pelo resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço de operação. **Classificação e mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros são reclassificados para o modelo de negócios. **3.2 Moeda estrangeira:** **Transações com moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das transações ou nas taxas de câmbio em vigor no momento em que o ativo é utilizado, e passam a comportar os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.3 Recitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflita a contrapartida a que a entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para o cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. A Companhia também recebe receitas decorrentes de prestação de serviços administrativos para outras empresas do Grupo, não controladas, e as reconhece à medida da realização da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 15. **3.4 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O reconhecimento inicial de instrumentos financeiros é baseado no reconhecimento inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo pelo resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço de operação. **Classificação e mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros são reclassificados para o modelo de negócios. **3.2 Moeda estrangeira:** **Transações com moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das transações ou nas taxas de câmbio em vigor no momento em que o ativo é utilizado, e passam a comportar os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.3 Recitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflita a contrapartida a que a entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para o cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. A Companhia também recebe receitas decorrentes de prestação de serviços administrativos para outras empresas do Grupo, não controladas, e as reconhece à medida da realização da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 15. **3.4 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O reconhecimento inicial de instrumentos financeiros é baseado no reconhecimento inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo pelo resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço de operação. **Classificação e mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros são reclassificados para o modelo de negócios. **3.2 Moeda estrangeira:** **Transações com moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das transações ou nas taxas de câmbio em vigor no momento em que o ativo é utilizado, e passam a comportar os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.3 Recitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflita a contrapartida a que a entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para o cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. A Companhia também recebe receitas decorrentes de prestação de serviços administrativos para outras empresas do Grupo, não controladas, e as reconhece à medida da realização da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 15. **3.4 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O reconhecimento inicial de instrumentos financeiros é baseado no reconhecimento inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo pelo resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço de operação. **Classificação e mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros são reclassificados para o modelo de negócios. **3.2 Moeda estrangeira:** **Transações com moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das transações ou nas taxas de câmbio em vigor no momento em que o ativo é utilizado, e passam a comportar os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.3 Recitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflita a contrapartida a que a entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para o cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. A Companhia também recebe receitas decorrentes de prestação de serviços administrativos para outras empresas do Grupo, não controladas, e as reconhece à medida da realização da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 15. **3.4 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O reconhecimento inicial de instrumentos financeiros é baseado no reconhecimento inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo pelo resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço de operação. **Classificação e mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros são reclassificados para o modelo de negócios. **3.2 Moeda estrangeira:** **Transações com moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das transações ou nas taxas de câmbio em vigor no momento em que o ativo é utilizado, e passam a comportar os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.3 Recitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflita a contrapartida a que a entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para o cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. A Companhia também recebe receitas decorrentes de prestação de serviços administrativos para outras empresas do Grupo, não controladas, e as reconhece à medida da realização da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 15. **3.4 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O reconhecimento inicial de instrumentos financeiros é baseado no reconhecimento inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo pelo resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço de operação. **Classificação e mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros são reclassificados para o modelo de negócios. **3.2 Moeda estrangeira:** **Transações com moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das transações ou nas taxas de câmbio em vigor no momento em que o ativo é utilizado, e passam a comportar os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **3.3 Recitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflita a contrapartida a que a entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para o cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. A Companhia também recebe receitas decorrentes de prestação de serviços administrativos para outras empresas do Grupo, não controladas

continuação

Table with financial data for 2025 and 2024, including columns for 'Intangível', 'Sistemas informatizados', and 'Total do Intangível'.

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR. Garantia: (b) Avaliação corporativa da Motiva na proporção de sua participação acionária direta/indireta.

Table with financial data for 2025 and 2024, including columns for 'Resultado financeiro líquido', 'Instrumentos financeiros', and 'Ativos'.

Dividendos e juros sobre o capital próprio Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas Total (a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação. Debitures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (Nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

Table with financial data for 2025 and 2024, including columns for 'Circulante', 'Não Circulante', and 'Total'.

Saldo em 31 de dezembro de 2024 Reversão Atualização de bases processuais e monetária Saldo em 31 de dezembro de 2025

Table with financial data for 2025 and 2024, including columns for 'Operação', 'Data de vencimento', and 'Resultado'.

Operação Data de vencimento 2025 2024 (3.528) (8.780) (3.528) (8.780) (3.528) (8.780)

14.2. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 153 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. 14.3. Dividendos: Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2025, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

plano extraordinário serão 5 anos de vesting. Parcela de Retenção: O valor justo da parcela atrelada à retenção, composta por 31.217 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Companhia, em 16 de abril de 2025 (data de entrega), de R\$ 12,37, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários. Os planos outorgados em 2023 e 2024 seguem com as mesmas características divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2025, tendo ocorrido no 1º semestre de 2025, a entrega de 32.371 ações, o cancelamento de 287.302 ações em razão de vesting. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi revertido da despesa, em contrapartida à reserva de capital, o montante de R\$ 917 relativos aos planos outorgados em 2023, 2024 e 2025.

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo. No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Refer-se à taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3. (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI). 18. Demonstrações dos fluxos de caixa: 18.1. Atividades de financiamento: A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos. Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

Table with financial data for 2025 and 2024, including columns for 'Exposição em R\$', 'Cenário provável', and 'Cenário 50%'.

Lucro líquido do exercício 208.603 Absorção de prejuízos acumulados (51.911) (-) Constituição de reserva legal (17.834) Lucro líquido ajustado 148.858 Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado 37.214 Dividendos mínimos obrigatórios 30.797 Total de juros sobre capital próprio a pagar (líquidos de IRRF) 6.417 Total de dividendos e juros sobre capital próprio 37.214 14.4. Juros sobre capital próprio: Em 15 de dezembro de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2024, no montante bruto de R\$ 7.550, correspondente a R\$ 4.017.050.4425 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R\$ 6.418, serão pagos conforme vierem a ser liberados oportunamente. 14.5. Ajuste de avaliação patrimonial: Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de: • Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. • Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefícios definido. 14.6. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações: Neste exercício houve a outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo: Parcela de Performance: • Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 31.217 ações; • Data da entrega: 16 de abril de 2025; • Preço corrente (TSR do ano anterior): R\$ 11,59; • Preço de exercício (TSR alvo): para cada tranche do plano regular R\$ 11,46, R\$ 10,57 e R\$ 9,58; • Volatilidade calculada para cada tranche: 22,69%, 24,45% e 25,79%; • Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 14,20%, 14,00% e 14,12%; • • Prazo total: para o plano regular serão 2 anos de vesting para a 1ª parcela, 3 anos de vesting para a 2ª parcela e 4 anos de vesting para a 3ª parcela, já para

Table with financial data for 2025 and 2024, including columns for 'Participação acionária', 'Quantidade de ações', and 'Ações preferenciais'.

Table with financial data for 2025 and 2024, including columns for 'Saldo em 31 de dezembro de 2024', 'Variações dos fluxos de caixa de financiamento', and 'Composição da Diretoria'.

Table with financial data for 2025 and 2024, including columns for 'Dividendos e juros sobre capital próprio', 'Operações com derivativos', and 'Passivo de arrendamento'.

14.5. Ajuste de avaliação patrimonial: Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de: • Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. • Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefícios definido. 14.6. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações: Neste exercício houve a outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo: Parcela de Performance: • Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 31.217 ações; • Data da entrega: 16 de abril de 2025; • Preço corrente (TSR do ano anterior): R\$ 11,59; • Preço de exercício (TSR alvo): para cada tranche do plano regular R\$ 11,46, R\$ 10,57 e R\$ 9,58; • Volatilidade calculada para cada tranche: 22,69%, 24,45% e 25,79%; • Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 14,20%, 14,00% e 14,12%; • • Prazo total: para o plano regular serão 2 anos de vesting para a 1ª parcela, 3 anos de vesting para a 2ª parcela e 4 anos de vesting para a 3ª parcela, já para

15. Receitas operacionais líquidas 2025 2024 Receita bruta 26.387 19.814 Receita de partes relacionadas 26.387 19.814 Deduções das receitas brutas (407) (509) Impostos sobre receitas (407) (509) Receita operacional líquida 26.180 19.305 16. Resultado financeiro 2025 2024 Despesas financeiras (20.583) (11.063) Juros e variação monetária sobre debêntures (9.413) (363) Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros (254) (386) Juros e variações monetárias sobre obrigações com partes relacionadas (386) - Ajuste a valor presente - arrendamentos (2.022) (1.923) Comissões sobre fianças (8.428) (8.755) Taxas, comissões e outras despesas financeiras 10.941 8.344 Rendimentos sobre aplicações financeiras 8.079 6.563 Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros 2.512 240 Juros e variações monetárias sobre ativos 313

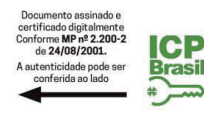
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em

nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 12 de março de 2025 KPMG Auditores Independentes Ltda. Marcelo Gavioli CRC 25F0144280-6 Contador CRC 1SP201409-0-1

As acionistas e Administradores da Companhia de Participações em Concessões São Paulo - SP

Waldo Edwin Pérez Leskovar - Diretor Presidente Contadora: Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP1908680-0

Roberto Penna Chaves Neto - Diretor



Saneamento de Orlandia SPE S.A.

CNPJ nº 45.405.083/0001-37

Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais				Demonstração do resultado e do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais				Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais						
Ativo	Nota Explicativa	2025	2024	Passivo Circulante	Nota Explicativa	2025	2024	Receita operacional líquida	Nota Explicativa	2025	2024	Fluxo de caixa das atividades operacionais	2025	2024
Circulante				Circulante				25.871		24.366		(88)		(67)
Caixa e equivalentes de caixa	7	79	1.368	Fornecedores e outras contas a pagar	12	1.577	1.470	Custo dos serviços prestados	(14.141)	(14.465)		Depreciação e amortização	2.312	2.052
Contas a Receber e Outros Recebíveis	8	4.417	4.549	Provisões e encargos trabalhistas	13	442	412	Resultado Bruto		11.730				1.985
Estoques	9	2.437	1.606	Obrigações fiscais	14	218	210	Despesas operacionais						
Impostos a recuperar		90	76	Adiantamento de clientes		100	59	Administrativas e gerais	(5.713)	(4.207)				
Adiantamentos a fornecedores		362	215	Total do passivo circulante		2.337	2.150	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas						
Total do ativo circulante		7.384	7.814	Não circulante				Receitas financeiras	19	365	338			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	15	84.591	69.257	Despesas financeiras	19	(6.470)	(6.099)			
Imobilizado	10	2.171	1.855	Provisões para contingências	16	44	44	Resultado financeiro líquido		(6.105)				
Intangível	11	77.878	62.332	Total do passivo não circulante		84.634	69.301	Resultado antes dos impostos		(88)				
Total do ativo não circulante		80.049	64.187	Patrimônio líquido				Imposto de renda e contribuição social correntes						
				Capital Social	17	1.500	1.500	Resultado do exercício		(88)				
				Prejuízos acumulados		(1.038)	(950)	Demonstração do Resultado Abrangente		2025		2024		
				Total do patrimônio líquido		462	550	Resultado do período		(88)		(67)		
				Total do passivo e patrimônio líquido		87.433	72.001	Outros Resultados Abrangentes						
								Resultado do período		(88)		(67)		

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023

1. Contexto Operacional: A Saneamento de Orlandia S.A. é uma sociedade anônima, constituída no dia 15 de fevereiro de 2022, com sede localizada na Rua 10, nº 350, Centro, CEP 14.620-000, Orlandia – SP. A Companhia tem por objeto social exclusivamente a execução dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no município de Orlandia, estado de São Paulo, incluindo prestação de serviços complementares que compreendem o planejamento, a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, coleta, afastamento, tratamento e disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários compreendendo também a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas autorizadas no termos do "Edital de Licitação da Concorrência Pública nº001/2020" e de "Contrato de concessão". A Companhia foi constituída com propósito específico de prestação de serviços públicos de água e esgoto no município de Orlandia – SP. O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, mas será, no mínimo, o prazo necessário para o cumprimento de todas as obrigações previstas no contrato de concessão.

2. Base de Preparação: a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 05 de fevereiro de 2026.

3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: Estas informações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de Estimativas e Julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5. Base de Mensuração: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico.

6. Principais Políticas Contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente ao período apresentado nestas informações. **a) Imposto de renda e contribuição social:** (i) **Imposto corrente:** Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado em que a Companhia e gera lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (ii) **Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **b) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Em casos de substituição de partes que resultam em aumento da vida útil, o custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição e os ativos substituídos são baixados. Todos os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Custos**

subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **c) Intangível: Reconhecimento e mensuração:** Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **d) Ativos de contrato:** Na adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia optou por adotar a norma na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura, considerando somente os contratos abertos anteriores à data de aplicação. A norma estabelece que uma Companhia deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a Companhia reconhece a receita somente quando (ou seja) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a Companhia deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro. **e) Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. (i) **Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (ii) **Ativos financeiros não derivativos – mensuração:** Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem aplicações financeiras registradas em caixa e equivalentes de caixa. **Empréstimos e recebíveis:** Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis. **Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo. (iii) **Passivos financeiros não derivativos – mensuração:** Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O Grupo possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. **f) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado. **g) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para Companhia listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de

caixa futuros após o quinto ano. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado. **h) Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de convertibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **i) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam recuperados para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **j) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **k) Custos de empréstimos e financiamentos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

7. Caixas e Equivalentes de Caixa

	2025	2024			
Bancos conta corrente	79	1.368			
	79	1.368			
8. Contas a Receber e outros Recebíveis	2025	2024			
Clientes - Residencial	3.438	3.580			
Clientes - Comercial	567	487			
Clientes - Industrial	302	345			
Clientes - Inst. Públicas	110	137			
	4.417	4.549			
9. Estoques	2025	2024			
Estoque de materiais	2.437	1.606			
	2.437	1.606			
10. Imobilizado	2025	2024			
	Depreciação acumulada	Taxas anuais de depreciação			
	Custo	Líquido			
Equipamento	1.053	436	617	1.223	20
de campo	1.053	436	617	1.223	20
Móveis e utensílios	1.385	106	1.279	358	10
Veículos	110	52	58	115	20
Computadores e periféricos	300	83	217	159	20
	2.848	677	2.171	1.855	

O imobilizado movimentou-se como segue:

Descrição	2024	Adições	Baixas	2025
Custo				
Equipamento de campo	1.578	57	(582)	1.053
Móveis e utensílios	365	1.020	-	1.385
Veículos	150	-	(40)	110
Computadores e periféricos	214	91	(5)	300
	2.307	1.168	(627)	2.848
Depreciação acumulada				
Equipamento de campo	(355)	(314)	232	(437)
Móveis e utensílios	(7)	(99)	-	(106)
Veículos	(35)	(27)	10	(52)
Computadores e periféricos	(55)	(45)	18	(82)
	(452)	(485)	260	(677)
Imobilizado líquido	1.855	683	(367)	2.171
11. Intangível	2025	2024		
	Amortização acumulada	Taxas anuais de amortização (*)		
	Custo	Líquido	Líquido	zão (*)
Outorga Fixa (*)	51.550	4.846	46.704	48.198
	51.550	4.846	46.704	48.198
Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12				
	Amortização acumulada	Taxas anuais de amortização (*)		
	Custo	Líquido	Líquido	zão (*)
Rede de água	15.746	667	15.079	11.532
Rede de esgoto	5.125	65	5.060	805
Estação tratamento água	8.913	403	8.510	1.210
Estação tratamento esgoto	2.620	95	2.525	587
	32.404	1.230	31.174	14.134
Totais	83.954	6.076	77.878	62.332

(*) Refere-se à outorga fixa paga em decorrência do contrato de concessão, que está sendo amortizada linearmente pelo prazo de

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação ao principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, formam a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Principais assuntos de auditoria**

Capitalização de gastos no ativo intangível: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui registrado ativo intangível da concessão no montante de R\$ 46.704 mil, o qual é representado pela infraestrutura da concessão. Os contratos de concessões apresentam o direito de exploração da infraestrutura, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão/ IFRIC 12 - Contratos de Concessão, que prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. Os ativos intangíveis de concessão são recebidos através da cobrança de tarifa aos usuários dos serviços prestados. Houve capitalização de gastos no ativo intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 17.040 mil. **Nossa abordagem:** Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle destes ativos incluíram, dentre outros: Avaliamos o processo de transferência do intangível para as contas definidas para determinar o início do registro da amortização. **Responsabilidade da ad-**

ministração pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a

tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Presidente Prudente, 05 de fevereiro de 2026.

Approach Auditores Independentes S/S **Leandro Antonio Marini Pires**
Sócio - Diretor
CRC 2SP023119/O-0 Contador CRC 1SP185232/O-3

Aos Administradores e Acionistas da Saneamento de Orlandia S.A. - Orlandia - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Saneamento de Orlandia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Saneamento de Orlandia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. O assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre o assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer

comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação ao principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, formam a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Principais assuntos de auditoria**

Capitalização de gastos no ativo intangível: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui registrado ativo intangível da concessão no montante de R\$ 46.704 mil, o qual é representado pela infraestrutura da concessão. Os contratos de concessões apresentam o direito de exploração da infraestrutura, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão/ IFRIC 12 - Contratos de Concessão, que prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. Os ativos intangíveis de concessão são recebidos através da cobrança de tarifa aos usuários dos serviços prestados. Houve capitalização de gastos no ativo intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 17.040 mil. **Nossa abordagem:** Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle destes ativos incluíram, dentre outros: Avaliamos o processo de transferência do intangível para as contas definidas para determinar o início do registro da amortização.



Senhores Acionistas, A Administração da SUSS Soluções Gerenciadas S.A. ("SUSS", "Companhia" ou "Controladora") submete à apreciação dos seus acionistas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **VISÃO GERAL DA SUSS E DO MERCADO DE ATUAÇÃO:** A SUSS Soluções Gerenciadas S.A. ("SUSS", "Companhia" ou "Controladora") e suas controladas (conjuntamente, denominadas como "Grupo") estão presentes no mercado brasileiro desde 1993 como intermediadoras de uma ampla gama de prestação de serviços de assistência especializada em Mobilidade, Dia a Dia e Família & Bem-Estar, sendo estes serviços ofertados não só em canais tradicionais como o B2B (*business to business*), mas também no B2B2C (*business to business to consumer*). Mais recentemente, a Companhia passou a oferecer também serviços de Conveniências. A SUSS possui uma rede abrangente de parceiros especializados, distribuídos em todo o território nacional, sendo capaz de atender os serviços em mais de 5,3 mil dos 5,6 mil municípios brasileiros em qualquer horário e dia da semana. A seguir um breve descritivo de cada categoria de assistências. Na modalidade de Mobilidade, a Tempo oferece soluções para veículos, abrangendo desde bicicletas até caminhões. Entre os tipos de serviços intermediados podem ser citados o auto socorro, reboque, carro reserva, chaveiro, pane seca, troca de pneus, envio de taxi, meio de transporte alternativo e motorista amigável.

No segmento Dia a Dia, disponibiliza serviços relacionados à moradia, como encanador, chapeiro, eletricista, deteção, vidraceiro, reparo para eletrodomésticos e eletroeletrônicos, inspeção domiciliar e descarte eletrônico, entre outros. Já em Família & Bem-Estar, o principal serviço intermediado é a assistência funeral, que é bastante sensível e requer todo o cuidado no seu atendimento, além do serviço de Pet, assistência psicologia, consultoria financeira, orientação profissional, cesta e cartão alimentação etc. Conforme citado acima, a SUSS também oferece serviços de Conveniências, incluindo montagem de móveis, instalação de diversos produtos, consórcio destes e também reparo. Nesta vertente, a Companhia é a líder no mercado de montagem de móveis na América Latina. Por fim, desde 2021, a SUSS detém participação na Caixa Assistência, *joint venture* criada em parceria com a Caixa Seguridade, que visa democratizar a oferta de produtos de assistências, com distribuição nos diversos canais de venda da Caixa Econômica Federal. **NOSSO CENÁRIO SOBRE O DESEMPENHO:** A Companhia totalizou uma receita líquida de R\$ 594.570 mil (2025) e de R\$ 776.299 mil (2024), receitas líquidas de operações descontinuadas. Esta queda é justificada por um cenário macroeconômico ainda deflacionário, somado a movimentações de alguns clientes durante o último exercício. Em 2025, a Companhia registrou lucro de R\$ 13.284, enquanto em 2024

apresentou um lucro de R\$ 2.035 (aumento de R\$ 11.249). Esse desempenho refletiu os ganhos de eficiência operacional alcançados pela Companhia. Em observância às disposições regulamentares, a Diretoria declarou que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, autorizando a sua divulgação. **RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES:** As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. Em referência à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, de 14 de fevereiro de 2007, a Companhia informa que sua política junto aos auditores independentes no que diz respeito à prestação de serviços não relacionadas à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios baseiam-se no fato de que o auditor não pode auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais, advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo dessa forma a independência. Barueri, 27 de fevereiro de 2026. **A Administração**

Ativo	Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado		
	Notas	2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	29.501	92.903	56.361	106.983
Títulos e valores mobiliários	7	3.339	24.877	3.977	26.476
Contas a receber	8	49.702	55.838	65.334	72.756
Créditos tributários e previdenciários	9	31.633	40.209	32.106	40.958
Outros ativos		6.090	3.996	7.514	4.988
Total do ativo circulante		120.265	217.823	165.292	252.161
Não circulante					
Contas a receber	8	145	-	638	493
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25 b	83.255	80.336	92.469	91.170
Créditos tributários e previdenciários	9	33.149	31.383	34.013	32.696
Partes relacionadas	24	1.256	3.307	-	-
Outros ativos	10	6.049	8.595	7.788	10.041
Investimentos	20	82.160	67.251	47.603	46.226
Intangível	11	24.737	26.576	26.551	29.038
Imobilizado	12	1.701	2.242	2.190	3.080
Ativo de direito de uso	21	11.193	12.864	21.220	25.215
Total do ativo não circulante		243.645	232.554	232.562	237.959
Total do ativo		363.910	450.377	397.854	490.120

Passivo e patrimônio líquido	Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado		
	Notas	2025	2024	2025	2024
Circulante					
Fornecedores	13	29.364	39.076	38.255	47.097
Outras contas a pagar	19	4.479	5.696	4.906	6.760
Empréstimos	20	49.444	55.838	49.444	85.838
Passivo de arrendamento mercantil	21	2.441	2.269	6.631	6.778
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	201	-	2.654	1.571
Impostos e contribuições a pagar	15	2.408	3.166	4.413	5.673
Obrigações com pessoal e encargos sociais	14	9.113	3.432	15.689	8.318
Partes relacionadas	24	10.910	8.852	-	-
Receitas diferidas	22	-	-	10.416	13.791
Total do passivo circulante		108.360	148.329	132.408	175.826
Não circulante					
Empréstimos	20	106.211	163.276	106.211	163.276
Passivo de arrendamento mercantil	21	9.904	11.811	17.236	21.308
Impostos e contribuições a pagar	15	5.201	6.094	6.494	7.731
Partes relacionadas	15	5.425	111	5.425	111
Provisão para perdas com causas judiciais	23	5.935	7.250	7.206	8.362
Total do passivo não circulante		132.676	188.542	142.572	200.788
Patrimônio líquido	26 a				
Capital social	-	136.872	136.872	136.872	136.872
Reservas de capital	-	141.274	145.043	141.274	145.043
Reserva especial de ágio	-	191.778	191.778	191.778	191.778
Ações em tesouraria	-	(147)	-	(147)	-
Prejuízo acumulado	-	(346.903)	(360.187)	(346.903)	(360.187)
Total do patrimônio líquido		122.874	113.506	122.874	113.506
Total do passivo e do patrimônio líquido		363.910	450.377	397.854	490.120

Operações em continuidade	Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais, exceto Lucro (Prejuízo) por ação, expresso em reais)				
	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	28	466.522	657.146	594.570	776.299
Custo dos serviços prestados / revenda de mercadorias	29 a / b	(303.468)	(455.779)	(388.363)	(533.455)
Lucro bruto		163.054	201.367	206.207	242.844
Despesas operacionais:					
Despesas de vendas	29 b	(3.293)	(9.199)	(13.327)	(21.504)
Despesas gerais e administrativas	29 b	(142.861)	(167.517)	(156.379)	(187.918)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	1.570	461	3.376	(2.161)
Resultado patrimonial	32	22.362	6.701	10.199	5.563
Lucro operacional antes do resultado financeiro		40.832	31.853	50.076	36.824
Receitas financeiras	31	11.849	10.863	13.738	12.723
Despesas financeiras	31	(36.160)	(37.309)	(39.014)	(39.311)
Resultado financeiro líquido		(24.311)	(26.446)	(25.276)	(26.588)
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		16.521	5.407	24.800	10.236
Imposto de renda e contribuição social	25 a	-	-	-	-
Corrente	-	(842)	(2.439)	(7.148)	(6.783)
Diferido	-	(2.395)	(933)	(4.015)	(839)
Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas		13.284	2.035	13.637	2.614
Prejuízo líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas		-	-	(353)	(579)
Lucro líquido do exercício		13.284	2.035	13.284	2.035
Lucro por ação atribuível aos acionistas		-	-	-	-
Lucro básico por ação	26	-	-	0,03499	0,00536
Lucro diluído por ação	26	-	-	0,03407	0,00521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)	Reserva de capital			
	Notas	Capital social	Reserva de pagamento baseado em ações	Reserva de capital
		2025	2024	2025
Em 1º de janeiro de 2024		136.872	11.587	132.253
Plano de pagamento baseado em opções de ações	26 c	-	1.203	-
Lucro líquido do exercício		-	-	191.778
Em 31 de dezembro de 2024		136.872	12.790	132.253
Aumento de ações em tesouraria	26 a	-	-	(147)
Plano de pagamento baseado em opções de ações	26 c	-	(3.769)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	13.284
Em 31 de dezembro de 2025		136.872	9.021	132.253

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	Notas	Reserva de capital		Reserva de ágio	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Total
		2025	2024				
	Em 1º de janeiro de 2024		136.872	11.587	132.253	-	(362.222)
Plano de pagamento baseado em opções de ações	26 c	-	1.203	-	-	2,03	1,203
Lucro líquido do exercício		-	-	191.778	-	(203)	191,778
Em 31 de dezembro de 2024		136.872	12.790	132.253	-	(360,187)	113,506
Aumento de ações em tesouraria	26 a	-	-	-	(147)	-	(147)
Plano de pagamento baseado em opções de ações	26 c	-	(3.769)	-	-	-	(3.769)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	13,284	13,284
Em 31 de dezembro de 2025		136,872	9,021	132,253	(147)	(346,903)	122,874

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações gerais: A SUSS Soluções Gerenciadas S.A. ("SUSS", "Tempo" "Companhia" ou "Controladora"), é uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na Rua Bonnard, nº 980, Edifício 19, sala 2, Condomínio Green Valley, Alphaville, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil, tendo como fundo de investimento Hill Fundo de Investimento em Participações e o Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações II como bloco controlador. A SUSS possui entre suas principais atividades a prestação de serviços de assistência especializada, dentre eles: (i) serviços para veículos, inclusive reboque, auxílio em eventos de pane e substituição temporária de veículos; (ii) serviços de emergência doméstica, oferecendo os serviços de encanadores, eletricistas e chapeiros; e (iii) serviços pessoais, como assistência funerária e em acidentes. As principais atividades desenvolvidas pelas demais empresas do grupo estão descritas na Nota 2.2. A Companhia na data de emissão destas demonstrações financeiras possui uma posição de caixa suficiente para arcar com suas obrigações de curto e se necessário de longo prazo, de acordo com suas projeções de negócios, além de linhas de crédito com instituições financeiras de primeira linha, tais aspectos garantem uma posição financeira sólida.

2. Resumo das principais políticas contábeis: 2.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras - As práticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas. Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras são ajustadas para atender este critério. **Declaração de conformidade e base de preparação** - As informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e apresentados

informações comparativas em relação ao exercício anterior. A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que as empresas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi aprovada pelo Conselho de Administração em 13 de fevereiro de 2026. **2.2. Base para auditoria** - As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em algum dos elementos de controle relacionados abaixo: • tem poder sobre a investida; • está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; • tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. O resultado da controlada auditoria durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em sua controlada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Os exercícios sociais das controladas incluídos na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme nas demonstrações financeiras consolidadas. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e a empresa controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes, que buscam seguir condições de mercado.

Denominação utilizada	Atividades	Operação	Participação	
			2005	2024
Tempo BSS Central de Atendimento Ltda. ("BSS")	Prestação de serviços de tele atendimento ativo e receptivo, por meio de contratos firmados com empresas.	Continuada	Controlada Direta	100,00%
PSS Soluções e Reparos Emergenciais Ltda. ("PSS")	Prestação de serviços de manutenção, reparação elétrica e mecânica de veículos e execução de serviços de socorro, incluindo serviços de remoção e reparos emergenciais de veículos, por meio de rede própria especializada.	Descontinuada	Controlada Direta	100,00%
Tempo Tem Soluções e Reparos Ltda. ("Tempo Tem")	Intermediação de vendas "marketplace" diretamente ao consumidor final.	Descontinuada	Controlada Direta	100,00%
MMS Intermediação de Serviços e Negócios em Geral Ltda. ("MMS")	Gestão de serviços de intermediação de montagem de móveis.	Continuada	Controlada Direta	100,00%
XSG Participações S.A. ("XSG") (participação adquirida em 01/2021 - vide nota 10.c)	Prestação de serviços de: (i) a distribuição, divulgação, oferta, venda e o pós-venda de serviços de assistência, inclusive para seguradoras, sociedades de capitalização, administradoras de consórcios, seguradoras especializadas em saúde e operadoras de planos de assistência à saúde; (ii) a prestação de serviços de intermediação de serviços de assistência; (iii) assessoria técnica em geral; e (iv) participação societária em outras sociedades.	Continuada	Controle compartilhado	25%
FIX Tecnologia e Serviços S.A. ("FIX") (participação adquirida em 03/2021 - vide nota 10.d)	Realização de atividades de intermediação e conexão entre consumidores e prestadores de serviços de reparos residenciais e de manutenção doméstica, criação e administração de portais, provedores de conteúdo e de marketing, bem como outros serviços de informação na internet, todos relacionados e para fins das atividades descritas anteriormente.	Descontinuada	Controlada Direta	100,00%

2.3. Moedas funcionais e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Companhia e de suas subsidiárias é o real ("BRL" ou "R\$"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Políticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela Companhia e descritas nas notas explicativas. Essas políticas são classificadas em: (i) contábeis de custo, sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.5. Classificação circulante versus não circulante:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação; ou não circulante. Um passivo é classificado no circulante quando: • se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. O Grupo classifica todos os demais passivos como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente - 2.6.1. Ativos financeiros:** O Grupo classifica seus ativos financeiros de acordo com o modelo de negócio adotado para a gestão dos seus ativos financeiros, conforme a descrição em suas demonstrações financeiras. Os ativos financeiros são classificados em: (i) custo amortizado da seguinte forma: a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. b) Custo amortizado - Representam ativos e passivos financeiros, aqueles cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, recebimentos e pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e são sujeitos a redução de valor decorrente de provisões para perdas. (ii) custo amortizado com ajuste de fair value, modificado ou apreçado redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente: (i) contratos a receber de clientes, "Caixa e equivalentes de caixa", "Fornecedores", "Empréstimos" e "Passivo de arrendamento mercantil". Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou do contraparte. c) Redução de valor recuperável de ativos financeiros. O Grupo avalia ao final de cada período de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas se há evidências de redução de valor de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Uma perda só existe se houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. **2.6.2. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado do seu negócio adotado para a gestão dos seus passivos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48/IFRS 9, mensurados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado da seguinte forma: a) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado - Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. b) Custo amortizado - Ver comentários Nota 2.6.1 (b). c) Desreconhecimento (baixa) - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo passivo financeiro, o novo passivo financeiro é mensurado pelo custo amortizado de seu negócio adotado. Após alterações, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. d) Instrumentos financeiros - apresentação líquida - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.7. Pronunciamentos novos ou revisados - 2.7.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** O Grupo analisou as alterações em suas demonstrações financeiras que se iniciam em 01 de janeiro de 2025. Os principais pronunciamentos alterados, emitidos e consolidados a seguir: **Alterações ao CPC 02 (IFRS 1) - Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (RI) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade** - Para os períodos anuais de reporte com início em 01 de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (RI) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (RI) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio a ser utilizada quando não houver conversibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **Alterações ao CPC 18 (IFRS) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial** - Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (IFRS) e a Interpretação Técnica CPC 09 (RI), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do

(Continua...)

	Consolidado			
	Notas	Menos de 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Fornecedores	13	38.255	-	38.255
Outras contas a pagar	19	4.906	-	4.906
Empréstimos	20	49.444	106.211	155.655
Passivo de arrendamento mercantil	21	6.631	23.867	30.498
Obrigações com pessoal e encargos sociais	14	15.689	-	15.689

d) Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros (consolidado) - Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava exposta à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) indexador de empréstimo em moeda nacional, bem como à variação no Certificado de Depósito Interbancário (CDI), indexador de empréstimo em moeda nacional e dos rendimentos de aplicações financeiras (CDB). Com a finalidade de verificar a sensibilidade desses indexadores foram definidos três cenários diferentes: Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração, foi considerado uma oscilação para baixo de 5% em relação ao percentual do CDI observado no fechamento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (A e B), assumindo oscilações, aumentando ou diminuindo, conforme o caso, em 25% (cenário A) e 50% (cenário B) as projeções. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco, considerado relevante pela Administração, está apresentada na tabela a seguir:

Transação	Consolidado				
	Risco	Saldos de 2025	Provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos indexados ao CDI	Aumento do CDI	155.655	(21.175)	(27.862)	(33.435)
	Queda do CDI	155.655	(21.175)	(16.717)	(11.145)
Títulos e valores mobiliários indexados ao CDI	Aumento do CDI	3.977	541	712	854
	Queda do CDI	3.977	541	427	285
CDI (aumento) (*)		14,32%	13,60%	17,90%	21,48%
CDI (queda) (*)		14,32%	13,60%	10,74%	7,16%

(*) CDI divulgado pela CETIP, em 31 de dezembro de 2025.

4.2. **Gestão de capital** - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Adicionalmente, o Grupo busca controlar seu caixa em investimentos de curto prazo, pouco suscetíveis a oscilações. A gestão de capital pode ser assim apresentada:

	Controladora				Consolidado			
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Empréstimos (*)	156.635	250.016	156.635	250.016	-	-	-	-
(+) Caixa e equivalentes de caixa	(29.501)	(92.903)	(56.361)	(106.983)	-	-	-	-
(-) Títulos e valores mobiliários	(13.339)	(24.277)	(3.977)	(26.476)	-	-	-	-
Dívida líquida	123.795	132.236	96.297	116.557	-	-	-	-
Patrimônio líquido	122.874	113.506	122.874	113.506	-	-	-	-
Patrimônio líquido e dívida líquida	246.669	245.742	219.171	230.063	-	-	-	-

(*) Não considera o saldo de custos de transação.

4.3. **Estimativa do valor justo** - Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o IFRS 7/CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2). • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3). O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação), quando for o caso, é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esse instrumento é classificado no Nível 1. O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento é classificado como Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento é classificado no Nível 3. Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem: • Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; • O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; • O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente; e • Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

5. **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais poderiam compensar o saldo devido de caixa. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia e suas controladas consideram como equivalentes de caixa uma aplicação financeira com vencimentos diários resgatáveis com o próprio emissor, sem perda significativa de valor. Em 31 de dezembro de 2025, são representadas por Fundos de Investimento. Os títulos possuem rentabilidade compatível com a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são mantidos junto a instituições de primeira linha e em Fundos de investimentos financeiros, com remunerações próximas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os Fundos de Investimento eram remunerados a uma taxa entre 98% a 105% do CDI.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	29.501	92.903	56.361	106.983
	29.501	92.903	56.361	106.983

6. **Instrumentos financeiros por categoria**: Abaixo seguem os instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024 por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Instrumentos financeiros ativos:				
Custo amortizado				
Contas a receber	-	49.847	55.838	65.972
Outros ativos	-	12.139	12.591	15.302
Partes relacionadas	-	1.256	3.307	-
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	-	Nível 2	3.339	24.877
3.977				26.476
Instrumentos financeiros passivos:				
Custo amortizado				
Fornecedores	-	29.364	39.076	38.255
Outras contas a pagar	-	4.479	5.696	4.906
Empréstimos	-	155.655	249.114	155.655
Passivo de arrendamento mercantil	-	12.345	14.160	23.867
Obrigações com pessoal e encargos sociais	-	9.113	3.432	15.689
Partes relacionadas	-	10.910	8.852	-

b) **Principais saldos das controladas e controladas em conjunto**: Os saldos das principais contas dos balanços das controladas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são:

	2025						2024					
	BSS	FIX (*)	PSS (*)	Tempo	X\$6	MMS	BSS	FIX (*)	PSS (*)	Tempo	X\$6	MMS
Total do Ativo	30.906	15	932	892	263.459	38.738	29.257	18	955	663	176.553	28.831
Total do Passivo	21.963	-	66	160	204.041	14.737	22.797	2	980	40	131.374	15.762
Patrimônio líquido	8.943	15	866	732	59.418	24.001	6.460	16	857	623	45.179	13.069
Lucro líquido (prejuízo)	2.483	(21)	9	(341)	49.527	10.033	1.428	(107)	(311)	(162)	30.982	290
Participação	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	25,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	25,00%	100,00%

(*) Operações descontinuadas em 2022.

11. **Intangível**: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Gastos que não são passíveis de capitalização, são refletidos na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil previstas do padrão previsto de custos dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas de forma prospectiva como mudanças das estimativas contábeis. Os ganhos ou as perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos como receita ou despesa do exercício quando da baixa do ativo. **Softwares** - As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuídos ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso. • A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo. • O *software* pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros. • Está disponível adequado recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*. • O gasto atribuído ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. **Marcas e patentes** - A marca registrada é demonstrada, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas durante sua vida útil estimada.

a) **Composição e movimentação dos saldos da controladora**

	Controladora		Taxas anuais de depreciação - %	
	2025	2024	2025	2024
Softwares	76.829	67.210	20	20
Marcas e patentes	201	201	10	10
Projetos	164	668	-	-
	77.194	68.079	-	-
Amortizações acumuladas	(52.457)	(41.503)	-	-
Intangível líquido	24.737	26.576	-	-
Custo				
Em 1º de janeiro de 2024	52.836	201	3.680	56.711
Adições	3.375	-	7.987	11.362
Transferências (*)	10.999	-	(10.999)	-
Em 31 de dezembro de 2024	67.210	201	668	68.079
Adições	3.655	-	5.460	9.115
Transferências (*)	5.964	-	(5.964)	-
Em 31 de dezembro de 2025	76.829	201	164	77.194
Amortização				
Em 1º de janeiro de 2024	(32.674)	-	-	(32.674)
Amortização	(8.829)	-	-	(8.829)
Em 31 de dezembro de 2024	(41.503)	-	-	(41.503)
Amortização	(10.954)	-	-	(10.954)
Em 31 de dezembro de 2025	(52.457)	-	-	(52.457)
Valor residual líquido:				
Em 31 de dezembro de 2024	25.707	201	668	26.576
Em 31 de dezembro de 2025	24.372	201	164	24.737

(*) Transferências de saldos entre *softwares* e projetos.b) **Composição e movimentação dos saldos do consolidado**

	Consolidado			Taxas anuais de depreciação - %		
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Softwares	83.615	73.742	20	20	-	-
Marcas e patentes	202	202	10	10	-	-
Projetos	164	723	-	-	-	-
	83.981	74.667	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(57.430)	(45.629)	-	-	-	-
Intangível líquido	26.551	29.038	-	-	-	-
Custo						
Em 1º de janeiro de 2024	58.502	202	4.109	62.813	-	-
Adições	3.376	-	8.487	11.863	-	-
Transferências (*)	11.864	-	(11.864)	-	-	-
Baixas (**)	-	-	(9)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	73.742	202	723	74.667	-	-
Adições	3.658	-	5.466	9.314	-	-
Transferências (*)	6.205	-	(6.205)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	83.615	202	164	83.981	-	-

USS SOLUÇÕES GERENCIADAS S.A. E SUAS CONTROLADAS - CNPJ/MF nº 01.979.936/0001-79

17. **Títulos e valores mobiliários**: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as aplicações classificadas como outros ativos financeiros estavam assim compostas:

Descrição	Remuneração (base referencial CDI) - %	Nível	Controladora		Consolidado	
			2025	2024	2025	2024
Valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	-	-
Fundo de Investimento	98 a 105	2	3.339	24.877	3.977	26.476
Total Circulante	-	-	3.339	24.877	3.977	26.476

Corresponde, principalmente, a aplicações em fundos de investimento não considerados exclusivos, pois não detêm mais de 50% das quotas nos fundos investidos.

8. **Contas a receber**: Contas a receber de clientes - Um recebível representa o direito da Companhia e suas controladas a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). São registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais dos serviços e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento.

a) Análise de vencimentos de contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	49.341	52.368	59.545	69.274
Vencidas	506	3.470	6.518	3.975
Até 30 dias	719	2.172	2.175	2.442
De 31 até 60 dias	36	1.278	4.617	1.313
De 61 até 90 dias	593	383	593	418
De 91 até 180 dias	427	134	427	235
A partir de 181 dias	840	4.172	1.339	4.236
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa - PECLD	(2.109)	(4.669)	(2.633)	(4.669)
	49.847	55.838	65.972	73.249
	49.702	55.838	65.334	72.756
Circulante	145	-	638	493
Não Circulante	-	-	-	-

A movimentação da PECLD está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
1º de janeiro de 2024	(2.854)	(2.854)	(2.854)	(2.854)
(+) Constituições	(2.677)	(2.677)	(2.677)	(2.677)
(-) Reversões	862	862	862	862
31 de dezembro de 2024	(4.669)	(4.669)	(4.669)	(4.669)
(+) Constituições	(2.728)	(2.728)	(2.728)	(2.728)
(-) Reversões	4.340	4.764	4.340	4.764
31 de dezembro de 2025	(2.109)	(4.669)	(2.633)	(4.669)

9. **Créditos tributários e previdenciários**: Os saldos dos créditos decorrentes de antecipações tributárias, são registrados pelo seu valor histórico e realizáveis em sua totalidade. Os créditos serão objetos de compensações e/ou restituições perante a Receita Federal do Brasil, de acordo com os negócios gerados pelo Grupo.

a) Composição de saldo de créditos tributários e previdenciários:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	49.659	47.356	50.414	48.772
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	9.444	14.661	9.827	15.039
Programa de Integração Social (PIS)	2.363	3.449	2.446	3.531
Outros	3.316	6.126	3.522	6.312
	64.782	71.592	66.209	73.654
Circulante	31.633	40.209	32.106	

Jornal O DIA SP

(Continua...)

Programa de vencimento do passivo de arrendamento reconhecidos no passivo não circulante:

Ano	Controladora	Consolidado
2027	974	4.393
2028	852	3.188
2029	914	1.092
2030	1.036	1.238
2031	1.181	1.412
2032	1.346	1.609
2033	1.535	1.835
2034	1.750	2.092
2035	316	377
Total	9.904	17.236

Contratos por prazo e taxa de desconto:

Prazos contratos	Controladora e Consolidado	
	Taxa % a.a.	
10 anos	14,00%	
5 anos	14,00 a 18,00%	
4 anos	14,00%	
3 anos	18,00%	
2 anos	18,00%	
1 ano	14,00 a 18,00%	

22. **Recitas diferidas:** Recitas reconhecidas ao longo do tempo, conforme CPC 47/NBC TG 47/IR/15 - Recita de Contrato com Cliente. As movimentações das recitas diferidas sumarizadas a seguir:

	Consolidado
1º de janeiro de 2024	14.00%
(+) Constituições	(116.383)
(-) Diferimentos	117.505
31 de dezembro de 2024	(13.791)
(+) Constituições	(125.062)
(-) Diferimentos	128.377
31 de dezembro de 2025	(10.416)

23. **Provisão para perdas com causas judiciais:** O Grupo com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes constituiu provisão, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. A provisão para contingências passivas é estabelecida por valores atualizados das questões trabalhistas e cíveis que possam representar desembolsos futuros por parte da Companhia e suas controladas, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, para os casos cuja probabilidade de perda é considerada provável. A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

	Controladora	Consolidado
2025	2024	2024
4.903	6.082	5.924
1.032	1.168	1.282
5.935	7.250	7.206

A natureza das obrigações pode ser resumida como segue: Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, dos litígios envolvendo funcionários e ex-funcionários sobre temas ligados à aplicação da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. • Ações cíveis - as principais ações estão relacionadas a indenizações por danos morais e materiais. As movimentações na provisão para perdas com causas judiciais estão sumarizadas a seguir:

	Controladora	Consolidado
1º de janeiro de 2024	2.670	8.716
(+) Constituições	3.462	4.451
(-) Reversões	(1.071)	(1.400)
(-) Pagamentos	(2.811)	(3.405)
31 de dezembro de 2024	2.278	8.362
(+) Constituições	4.443	3.443
(-) Reversões	(518)	(789)
(-) Pagamentos	(2.275)	(2.810)
31 de dezembro de 2025	5.935	7.206

Em 31 de dezembro de 2025, as contingências cujas probabilidades de perda são consideradas possíveis não estão registradas no balanço e somam R\$ 21.796, sendo R\$ 9.116 de natureza tributária, R\$ 26 de natureza cível e R\$ 12.654 de natureza trabalhista (R\$ 14.950 em 31 de dezembro de 2024) sendo R\$ 9.116 de natureza tributária, R\$ 16 de natureza cível e R\$ 5.818 de natureza trabalhista.

24. **Transações com partes relacionadas:** O Grupo compartilha uma estrutura comum de determinados custos corporativos entre si. Os gastos relacionados com tal estrutura são rateados por meio de critérios objetivos estabelecidos pela Administração. Em resumo, as despesas são rateadas da seguinte forma: • Despesas associadas à infraestrutura compartilhada pelas empresas são rateadas usando o critério de número de funcionários; • Despesas de Tecnologia da Informação (TI) e Telecomunicações (Telecom), quando não apropriadas diretamente às empresas operacionais, são rateadas pelo critério de número de funcionários; Despesas de áreas de suporte corporativo, a exemplo dos departamentos jurídico, financeiro e de recursos humanos, são rateadas de acordo com o lucro bruto das empresas operacionais. Ainda, despesas inerentes às atividades da empresa controladora, a exemplo do departamento de relações com investidores, não são rateadas para as empresas controladas. Adicionalmente, as empresas do Grupo compartilham prestação de serviços de assistência. Todas essas operações são eliminadas no consolidado e no cálculo de equivalência patrimonial. Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados da seguinte forma:

	2025	2024
Tempo BSS Central de Atendimento Ltda. ("Tempo BSS")	1.163	3.002
MMS Intermediação de Serviços e Negócios em Geral Ltda. ("MMS")	93	305
Ativo não circulante	1.256	3.307
Tempo BSS Central de Atendimento Ltda. ("Tempo BSS")	10.882	8.849
MMS Intermediação de Serviços e Negócios em Geral Ltda. ("MMS")	28	28
Passivo circulante	10.910	8.852

Além das informações descritas acima, a Companhia possui transações comerciais registradas em seu contas a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 junto a X66 no montante de R\$ 9.279. A Companhia não possui transações comerciais com outras empresas controladas pelo mesmo bloco controlador. As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a) **Vendas de serviços**

	2025	2024
Serviços de assistência	3.613	3.616
USS Soluções Gerenciadas Ltda. ("USS")	3.613	3.616
Services call center	83.546	93.168
Tempo BSS Central de Atendimento Ltda. ("BSS")	83.546	93.168
	87.159	96.784

Os serviços são vendidos com base nas tabelas de preço em vigor e nos termos que estariam disponíveis para terceiros.

b) **Compras de serviços**

	2025	2024
Serviços de assistência	3.613	3.616
Tempo BSS Central de Atendimento Ltda. ("Tempo BSS")	3.613	3.616
MMS Intermediação de Serviços e Negócios em Geral Ltda. ("MMS")	3.600	3.600
Services call center	83.546	93.168
USS Soluções Gerenciadas Ltda. ("USS")	76.472	89.105
MMS Intermediação de Serviços e Negócios em Geral Ltda. ("MMS")	7.074	4.063
	87.159	96.784

c) **Remuneração do pessoal-chave da Administração** - O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores e membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	2025	2024
Salários e outros benefícios	4.658	5.579

25. **Imposto de renda e contribuição social:** Impostos sobre o lucro compreendem o IRPJ e a CSLL (corrente e diferido), os quais são reconhecidos no resultado. O IRPJ e a CSLL são geralmente aplicados sobre a mesma base de cálculo, a qual corresponde ao lucro líquido antes dos impostos, ajustado de acordo com as normas expedidas pela autoridade fiscal brasileira. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. a) **Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social** - A reconciliação entre o imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado		
2025	2024	2025	2024	
Resultado do exercício proveniente de operações continuadas	16.521	5.407	24.800	10.236
Resultado do exercício proveniente de operações descontinuadas	-	-	(347)	(537)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	16.521	5.407	24.453	9.699
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, nominais	(5.617)	(1.838)	(8.314)	(2.326)
Resultado da equivalência patrimonial	8.345	2.523	4.210	2.523
Plano de pagamento baseado em ações	1.282	(409)	1.282	(409)
PAT	15	44	129	122
Outras adições / exclusões permanentes	(1.966)	(3.710)	(3.180)	(6.620)
Diferença de alíquotas	18	18	18	18
Baixa de <i>earnout</i>	(5.314)	-	(5.314)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social - corrente	(3.237)	(3.372)	(11.169)	(7.668)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferido	(642)	(2.439)	(7.148)	(6.783)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - total	(2.395)	(933)	(4.015)	(839)
Tributos atribuíveis a operações descontinuadas	-	-	(6)	(2)
	(3.237)	(3.372)	(11.163)	(7.622)
	-	-	(4)	(2)
	(3.237)	(3.372)	(11.169)	(7.664)
Alíquota efetiva	-20%	-62%	-45%	-74%

b) **Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos** - Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite em que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Está em uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, da base negativa de contribuição social e nas correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

	Controladora	Consolidado		
2025	2024	2025	2024	
Impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	75.251	69.934	82.751	80.206
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias	8.004	10.402	9.718	10.964
Ativo de imposto diferido	83.255	80.336	92.469	91.170
Impostos diferidos passivos sobre o ganho / perda de Investimento inicial	(111)	(111)	(111)	(111)
Impostos diferidos passivos sobre <i>earnout</i>	(5.314)	-	(5.314)	-
Total do imposto de renda diferido ativo (passivo)	77.830	80.225	87.044	91.059
c) Imposto de renda diferido ativo sobre diferenças temporárias - O saldo de imposto de renda diferido ativo sobre diferenças temporárias está composto:				
	Controladora	Consolidado		
2025	2024	2025	2024	
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa - PECLD	618	1.208	782	1.208
Contingências cíveis	351	397	436	424
Contingências trabalhistas	1.667	2.068	1.994	2.403
Provisões	5.368	3.198	6.506	3.397
Mais-valia de ativo	-	3.531	-	3.532
	8.004	10.402	9.718	10.964

	Controladora	Consolidado		
2025	2024	2025	2024	
Benefício fiscal sobre prejuízo fiscal e base negativa	70.233	-	(299)	69.934
Diferenças temporárias	10.925	3.460	(4.094)	10.291
Total	81.158	3.460	(4.393)	80.225
	Saldo	Resultado	Saldo	Resultado
	2023	Adições	2024	Adições
Benefício fiscal sobre prejuízo fiscal e base negativa	80.619	995	(1.408)	80.206
Diferenças temporárias	11.279	3.665	(4.091)	10.853
Total	91.898	4.660	(5.499)	91.059

e) **Prejuízo fiscal e base negativa** - O Grupo possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 243.386 em 31 de dezembro de 2025. A sua controlada integral USS possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 221.327 em 31 de dezembro de 2025. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, e que para 31 de dezembro de 2025 demonstra que o saldo de imposto de renda diferido ativo será compensado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos considerando a existência e lucro tributável nos últimos exercícios sociais e com base na projeção de resultados tributáveis futuros desenvolvida pela Administração. A Companhia prevê que a realização dos tributos diferidos se dará como segue:

	Controladora	Consolidado
2026	2027	2028
6.640	2027	11.362
8.810	2028	9.790
10.986	2029	10.986
13.433	2030	13.433
37.961	2031 a 2034	37.961
77.830	Total	87.044

As projeções consideram as seguintes principais premissas: (i) Projeção de resultado e fluxo de caixa para 10 anos. O crescimento de receita e taxa de crescimento projetada reflete uma combinação equilibrada de capacidades e estratégias, incluindo a expansão da base de clientes existente por meio do crescimento orgânico, desenvolvimento de novos produtos e reajustes contratuais, a conquista de novos clientes, a ampliação dos serviços de conveniência e a consolidação dos clientes incorporados no período anterior, reforçando a recorrência e a previsibilidade das receitas. (iii) Evolução do resultado operacional: reflete a trajetória consistente de crescimento da Companhia, sustentada pelo histórico de desempenho, pelas premissas macroeconômicas (inflação e crescimento do PIB brasileiro) e, principalmente, pela captura de ganhos de eficiência operacional. Esses ganhos decorrem da contínua otimização dos processos, da implementação de novos projetos estratégicos e da incorporação dos contratos e negócios recentemente adquiridos, reforçando a expansão e a rentabilidade da Companhia ao longo dos próximos anos. A Administração está implementando as seguintes ações visando a geração de lucro tributário: (i) **Gestão de contratos:**

USS SOLUÇÕES GERENCIADAS S.A. E SUAS CONTROLADAS - CNPJ/MF nº 01.799.936/0001-79

preservação e fortalecimento dos contratos vigentes, assegurando elevados padrões de qualidade na prestação dos serviços e a sustentabilidade econômico-financeira da Companhia. (ii) **Investimentos estratégicos:** fortalecimento da tecnologia e da infraestrutura operacional como alavancas para sustentar o crescimento orgânico dos contratos vigentes, ampliando eficiência, escalabilidade e qualidade dos serviços. (iii) **Expansão comercial:** fortalecimento e consolidação do canal B2B, aliado ao desenvolvimento de novos canais, com ênfase no modelo de vendas por meio da ampliação de parcerias estratégicas e do lançamento de novos produtos, impulsionando escala e diversificação das receitas. (iv) **Ampliação do portfólio:** desenvolvimento de novos serviços de conveniência, com expansão da oferta para atividades de instalação, reparo e conservação, ampliando o valor agregado aos clientes e às oportunidades de monetização. (v) **Implementação de novos contratos e negócios:** execução dos contratos recentemente adquiridos e dos novos projetos em implantação, garantindo integração eficiente, entrega de valor aos clientes e fortalecimento da performance operacional da Companhia. (vi) **Realização de eficiências operacionais:** captura das oportunidades de melhoria identificadas no planejamento estratégico, promovendo ganhos de produtividade, redução de custos e fortalecimento da rentabilidade da Companhia. O estudo técnico referente às projeções de lucros tributáveis futuros foi aprovado em reunião de diretoria e apresentado ao Conselho de Administração. A Companhia possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa que foram gerados nos últimos anos, sendo:

	Controladora	Prejuízo fiscal/base negativa acumulado	Prejuízo fiscal/base negativa durante o ano
2025	221.327	-	15.639
2025	243.386	-	7.485

Conforme legislação vigente, as diferenças temporárias dedutíveis e o prejuízo fiscal e base negativa não prescrevem sendo a utilização limitada a 30% do lucro fiscal do exercício em que será utilizado.

26. **Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia de R\$ 136.872 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 136.872) está representado por 379.632.849 (31 de dezembro de 2024 - 379.632.849) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Segue a mutação do número de ações para os respectivos períodos:

	Ordinárias
1º Janeiro de 2024	379.632.849
Aumento de capital	-
31 de dezembro de 2024	379.632.849
Aumento de capital	379.632.849

31 de dezembro de 2025

(i) **Ações em tesouraria** - Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a controlada USS adquiriu 152.056 ações de emissão da Companhia pelo montante de R\$ 147. Segue quadro societário da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024
Ações ordinárias	187.362.053	49,35%
Participação no capital ordinárias	49,35%	187.362.053
Ações ordinárias	60.609.458	15,97%
Participação no capital ordinárias	15,97%	60.609.458
Participação no capital ordinárias	13.051.132	3,44%
Participação no capital ordinárias	112.653.962	29,67%
Participação no capital ordinárias	5.804.188	1,53%
Participação no capital ordinárias	152.056	0,04%
Participação no capital ordinárias	379.632.849	100,00%

b) **Destinação do lucro líquido do exercício** - O Conselho de Administração poderá fixar o montante dos Juros a ser pago ou creditado aos acionistas, a título de Juros sobre capital próprio, observadas as disposições legais pertinentes. Os dividendos intermediários e os Juros sobre o capital próprio serão sempre considerados como antecipação dos dividendos obrigatórios. Com base no lucro líquido apurado na demonstração de resultados do período serão elaboradas as propostas da destinação a lhes serem dadas, possuindo saldo de prejuízos acumulados o lucro líquido do período será absorvido e o excedente seguirá a seguinte regra de destinação: (i) 5% na constituição da reserva legal, até o montante estabelecido na legislação em vigor; (ii) dividendo mínimo obrigatório: 25% do saldo do lucro líquido do período, obtido após a dedução de que trata o item; (iii) o saldo do lucro líquido do período, obtido após as deduções de que trata o item anterior, será destinado à reserva de lucros a realizar, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de suas controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos negócios. c) **Plano de pagamento baseado em ações** - A Companhia concede a seus principais executivos e administradores remuneração na forma de pagamento com base em ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações e seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, eventos futuros, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado (despesas gerais e administrativas) durante o período em que o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida da reserva de pagamentos baseados em ações, no patrimônio líquido. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2017 foi aprovado o plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados, prestadores de serviços e outras sociedades coligadas ou controladas direta ou indiretamente pela Companhia ("Plano 1"). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de março de 2023 foi aprovado o novo plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados, prestadores de serviços e outras sociedades coligadas ou controladas direta ou indiretamente pela Companhia ("Plano 2"). A Companhia pode, dentro do limite do capital autorizado e por deliberação do Conselho de Administração, outorgar opção de compra de ações em favor de: (i) seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de sociedades direta ou indiretamente controladas ou (ii) pessoas naturais que prestem serviços à Companhia e suas controladas.

A opção poderá ser exercida em dois, quatro ou cinco lotes anuais, contados a partir da data de outorga, mediante simples aviso à Companhia, nas datas para exercício definidas nos Planos. Na hipótese de exercício parcial ou não exercício a opção relacionada a determinado lote anual na data para exercício, o beneficiário poderá exercer tal direito pelo prazo de dois anos, contados do cumprimento do último período de *vesting*. Após o decurso deste prazo, o beneficiário perderá o direito ao exercício da opção, sem direito à indenização. O preço do exercício deverá ser reduzido no montante de quaisquer dividendos, Juros sobre o capital próprio e outras deduições de capital por ação realizadas pela Companhia, desde a data de início do período de *vesting* até a data em que ocorrer o exercício da opção. O período de *vesting* é dividido em dois, quatro ou cinco anos, contados a partir da data em que a opção é concedida ao empregado. O beneficiário deverá, obrigatoriamente, destinar 50% do bônus anual recebido da Companhia, líquido de imposto de renda e outros encargos incidentes, para adquirir as ações decorrentes dos lotes anuais cujos prazos de carência já tenham decorrido. O beneficiário somente poderá vender suas ações depois de decorrido cinco anos a contar do exercício das opções "Período de *Lock-Up*". Na hipótese de ocorrência de um IPO, o Período de *Lock-Up* passará a ser de 1 (um) ano após cada data de exercício das Opções, sendo que todas as Opções que já tenham sido exercidas até a data do IPO estarão sujeitas ao Período de *Lock-Up* de 1 (um) ano a contar do IPO. O "Plano 1" prevê que a Companhia poderá outorgar opções de compra de ações até o limite de 3,5% do total de ações do capital social da Companhia em 31 de janeiro de 2017, já o "Plano 2" prevê que a Companhia poderá outorgar opções de compra de ações até o limite de 1,5% do total de ações do capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 "Fully Diluted". O preço de exercício das opções é atualizado pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. As variações nas quantidades de opções de compra de ações e seus correspondentes preços médios ponderados do período estão apresentados a seguir:

	Plano 1	Plano 2	Total
Preço médio ponderado de opções	1,43	2,17	11.382.504
Quantidade de opções	4.425.544	2,17	11.382.504
Preço médio ponderado de opções	1,46	-	(460.000)
Quantidade de opções	1,50	4.675.544	2,28
Preço médio ponderado de opções	1,55	(4.175.544)	2,36
Quantidade de opções	1,56	500.000	2,38

A receita no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 3.769 (despesa em 31 de dezembro de 2024 - R\$ 1.203) e foi registrada como despesa/receita de plano de pagamento baseado em opções (demonstrações do resultado) contra a reserva de pagamentos baseados em ações (patrimônio líquido). O valor acumulado registrado como

(Continua...)

USS SOLUÇÕES GERENCIADAS S.A. E SUAS CONTROLADAS - CNPI/MF nº 01.979.936/0001-79

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **USS Soluções Gerenciadas S.A.** - Barueri - SP

Opinião com ressalvas: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da USS Soluções Gerenciadas S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos sobre os valores correspondentes dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas:** i) **Segregação entre custos e despesas** - Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não preparou uma análise formal dos critérios de segregação dos gastos entre custos e despesas que incluem determinados gastos diretamente vinculados à operação de call center, incluindo amortização e/ou depreciação de direito de uso, ativo imobilizado e intangível, registrados como despesas gerais e administrativas. Consequentemente, não foi possível concluir sobre a adequada alocação desses gastos entre custo dos serviços prestados e despesas operacionais. O relatório do auditor antecessor sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 conteve modificação. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também incluiu modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes. ii) **Descumprimento de cláusulas restritivas** - Conforme mencionado na nota explicativa 20, a Companhia não cumpriu integralmente com determinadas cláusulas restritivas não financeiras contratuais de seus contratos de empréstimos em 31 de dezembro de 2024. Consequentemente, os saldos de empréstimos classificados no passivo não circulante pelo montante de R\$163.276 mil, deveriam ter sido reclassificados para o passivo circulante. O relatório do auditor antecessor sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 conteve modificação. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também incluiu modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo

Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Outros Assuntos - Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior examinadas por outro auditor independente:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 24 de abril de 2025 contendo opinião com ressalva, relacionada (i) à classificação de determinados gastos diretamente vinculados à operação de call center entre custos dos serviços prestados e despesas operacionais; e (ii) ao descumprimento, em determinados momentos do exercício, de cláusulas não financeiras previstas em contratos de empréstimos, que resultou na necessidade de reclassificação de passivos entre o longo e o curto prazo, conforme descrito nas respectivas notas explicativas. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento

profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-034519/O

Murilo Morgante
Contador
CRC SP-280120/O



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/7483-1456-C391-3D0E> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7483-1456-C391-3D0E



Hash do Documento

2FC291560ABFBA77F3988868416FEC91B33EB29D38B14D3F70C31CDF46FD35F0

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/03/2026 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) -
39.732.792/0001-24 em 13/03/2026 00:02 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Evidências

Geolocation: Latitude: -23.646474 Longitude: -46.556937 Accuracy: 178

IP: 172.16.4.10

AC: AC Certisign RFB G5

